DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA 2011		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0489/11	DATA: 16/05/2011
INÍCIO: 10h22min	TÉRMINO: 13h55min	DURAÇÃO: 3h33min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 3h33min	PÁGINAS: 67	QUARTOS: 43

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JOÃO BOSCO DOS SANTOS FILHO (BOSQUINHO) - Vereador pelo Município de João Pessoa, Estado da Paraíba.
BRUNO FARIAS - Vereador pelo Município de João Pessoa, Estado da Paraíba.
BENILTON LUCENA - Vereador pelo Município de João Pessoa, Estado da Paraíba.
ANTÔNIO BARBOSA - Presidente do PT de João Pessoa, Estado da Paraíba.
ROBERTO JEFERSON - Coordenador da Escola de Fé e Política da Diocese de Campina Grande.
CRISTINA LIMA - Fórum da Reforma do Sistema Político.
SÔNIA LIMA - Jornalista e integrante da Coordenação da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial— COJIRA/PB.
LÚCIA ROCHA - Secretária Estadual da Mulher.
LUZENIRA LINHARES - Coletivo Estadual de Mulheres da CUT.
WALTER AGUIAR - Representante da Secretaria da Casa Civil.
JOÃO RICARDO COELHO - Membro da Comissão Especial de Reforma.
JOHNSON ABRANTES - Advogado e membro da Comissão da Reforma Eleitoral na OAB.
MALU OLIVEIRA - Articulação de Mulheres Brasileiras.
MARIA SANDRA PEREIRA DE MARROCOS - Vereadora pelo Município de João Pessoa, Estado da Paraíba.
VALDÊNIA PAULINO - Conselho de Direitos Humanos da Paraíba.
PAULA FRASSINETE - Ex-Vereadora pelo Município de João Pessoa e Secretária-Adjunta do Instituto de Previdência do Município.
SOCORRO BRITO - Representante do PT.
ARIMATÉIA FRANÇA - Diretor do Sindicato dos Eletricitários.
ELIANE BARBOSA - Diretora do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações.

SUMÁRIO: Discussão com vistas à apresentação de proposta de reforma política para o Brasil.

OBSERVAÇÕES

Reunião de audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve exposição em latim.

O SR. PRESIDENTE (Bosquinho) - Bom dia a todos e a todas. Sob a proteção de Deus e em nome do povo pessoense, declaro abertos os trabalhos desta sessão da Comissão Especial da Câmara dos Deputados que tem por finalidade discutir a Reforma Política e Eleitoral.

Em nome dos Vereadores, convido o Vereador Bruno Farias, como Líder da bancada, para fazer a leitura do texto bíblico. Todos de pé, por favor.

O SR. BRUNO FARIAS - *"O Senhor é o meu Pastor, nada me faltará. Deitar-me faz em verdes pastos, guia-me mansamente a águas tranquilas. Refrigera a minha alma, guia-me pelas veredas da justiça por amor do seu nome."* Palavras do Senhor.

O SR. PRESIDENTE (Bosquinho) - Para composição da Mesa, o Primeiro-Secretário da Casa, Vereador Benilto Lucena, ao qual agradeço a presença.

Registro que já se encontra na nossa Mesa também o Exmo. Sr. Deputado Federal, Presidente desta Comissão da Reforma Política, Almeida Lima. Muito nos honra sua presença aqui nesta sessão. *(Palmas.)*

Convidamos também, para fazer parte da Mesa, o Sr. Secretário Walter Aguiar, neste momento representando o Governador do Estado, Ricardo Coutinho; e o membro titular desta Comissão, Deputado Federal Efraim Filho, que aprovou, junto à Comissão da Reforma Política, o requerimento, também proporcionando assim a vinda desta Comissão para cá. *(Palmas.)*

Presente também uma figura que muito nos honra: a Exma. Sra. Deputada Federal, Luiza Erundina, paraibana, para compor a Mesa; o Sr. João Ricardo Coelho, membro da Comissão Especial da Reforma Política do Conselho Federal da OAB e também representante do TRE; e a Sra. Cristina Lima, representante do Fórum pela Reforma do Sistema Político com Participação Popular da Paraíba. *(Palmas.)*

Agora convido todos os senhores para ouvirmos de pé o Hino Nacional.

(É executado o Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Bosquinho) - Queríamos justificar o atraso do início da nossa audiência pública, tendo em vista o deslocamento de alguns Parlamentares titulares desta Comissão, e também as entrevistas que os mesmos concederam aqui na sala *vip* antes do ingresso neste Plenário.

Queremos registrar também a presença do Deputado Alceu Moreira, do PMDB do Rio Grande do Sul; Deputado Edinho Araújo, do PMDB do Estado de São Paulo, que são membros titulares desta Comissão; Deputado Aguinaldo Ribeiro, paraibano, que também faz parte desta Comissão; Deputado Américo Cabral, que aqui também se faz presente.

Dentro de alguns instantes, citarei as presenças daquelas pessoas que não foram citadas ainda.

Agradeço a presença de todos e agradeço também a cobertura dada aqui pela imprensa do nosso Estado da Paraíba.

Passo aqui a palavra ao Primeiro-Secretário, Vereador Benilton Lucena, para a leitura do expediente em mesa.

O SR. BENILTON LUCENA - Bom dia, Presidente Bosquinho! Quero saudar a Mesa e o Presidente da Comissão, Deputado Federal Almeida Lima, demais membros da Mesa, Deputados Federais, Estaduais, Vereadores, Vereadoras, imprensa, amigos, outros que aqui estão na nossa Casa para esta importante audiência pública, e também o Presidente do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores, Antônio Barbosa:

"Sr. Presidente, requeiro à Mesa Diretora desta Casa, observados os dispositivos regimentais, marcar para o dia 16 de maio do corrente ano audiência pública com a Comissão da Reforma Política e Eleitoral da Câmara dos Deputados.

Justificativa: tal solicitação se faz necessária para a promoção de esclarecimentos e debates sobre a reforma política e eleitoral da Câmara dos Deputados. Para tanto, solicitarmos a presença do Presidente da referida Comissão.

Portanto, esperamos que esta Casa apoie de forma unânime a realização desta sessão especial, uma vez que se trata de assunto de extrema relevância.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de João Pessoa.

João Bosco dos Santos Filho, Bosquinho

Vereador/DEM."

"Memorando nº 013.

Ao Exmo. Vereador Membro da Mesa Diretora da Câmara Municipal de João Pessoa.

Justificativa de Ausência.

Ao cumprimentar V.Exa., cumpre-me justificar a ausência do Vereador Durval Ferreira, Presidente desta Casa, na audiência pública de hoje, dia 16 de maio de 2011, a qual discutirá a reforma política, em face de consulta médica anteriormente agendada.

Atenciosamente,

Benedito Tomaz Filho, Chefe de Gabinete."

Lido o expediente em mesa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bosquinho) - Queremos aqui registrar, com satisfação, a presença do Deputado Estadual Genival Matias, que neste ato representa a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba. Se tiver condições, S.Exa. está convidado para vir compor esta Mesa.

Registro também nosso agradecimento pela presença de diversos Vereadores da Casa, de Napoleão Laureano, da Vereadora Sandra Marrocos, do Vereador Jorge Camilo, do Vereador Bruno Farias, do Vereador Pastor Edmilson, do Vereador Bira, do Vereador Marcos Vinícius, do Vereador Tavinho Santos e tantos outros, além da nossa eterna Vereadora Paula Frassinete.

Agradeço também ao Presidente desta Casa, que nos proporciona esta condição de ser assistidos, através da *TV Câmara*, por mais de 60 mil pessoas. A estimativa é de que mais de 60 mil pessoas estejam acompanhando ao vivo, em suas casas, esta importante audiência pública.

No momento em que farei a justificativa dos requerimentos em mesa, passo a condução dos trabalhos ao Primeiro-Secretário, o Vereador Benilton Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Benilton Lucena) - Tem a palavra o Vereador Bosquinho, para fazer a sua justificativa.

O SR. BOSQUINHO - Bom dia a todos! Bom dia ao Presidente desta sessão, Vereador Benilton Lucena; ao Sr. João Ricardo Coelho, representante da OAB e do TRE; à Sra. Cristina Lima, do Fórum de Política Participativa da Reforma Política; ao Deputado Federal Efraim Filho, representante da Paraíba, como membro titular desta Comissão; ao Sr. Walter Aguiar, Secretário da Casa Civil do Governo do Estado da Paraíba, representando, nesta sessão, o Exmo. Sr. Governador Ricardo Coutinho; à nossa querida Deputada Federal Luiza Erundina, que tanto orgulha o nosso Estado; o meu agradecimento também ao Deputado Genival Matias, que aqui

representa a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba; e o meu especial agradecimento ao Presidente desta Comissão da Reforma Política e Eleitoral, o nosso irmão nordestino, pelo PMDB, Deputado Federal pelo Estado de Sergipe Almeida Lima, a quem agradeço pela presença e, sobremaneira, pela importância de V.Exa. neste ato, nesta sessão.

O mesmo agradecimento faço ao Deputado Alceu Moreira, do Rio Grande do Sul, que apenas está um pouco entristecido, porque ontem o seu Grêmio perdeu o título para o Internacional; e ao Deputado Federal Edinho Araújo, também do PMDB, membro titular desta Comissão, eleito pelo Estado de São Paulo, que também perdeu o título, com o São Paulo, figura com quem tive o prazer de passar uma boa parte deste final de semana recepcionando-o.

Espero que todos os senhores tenham recebido o calor e a energia positiva desta cidade, onde o sol nasce primeiro. É um orgulho tê-los aqui. Espero que João Pessoa tenha recebido V.Exas. à altura.

Agradeço a todos os meus pares pela presença e pela aprovação, por unanimidade, do requerimento que permitiu a realização desta sessão. Hoje aconteceria neste plenário uma audiência da Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo Vereador Ubiratan, que aqui se faz presente. Todos os seus membros tiveram a sensibilidade de cancelar essa reunião da Comissão e de nos ceder o plenário.

Registro também a importância desta Comissão. Aprovado o nosso requerimento, conversamos com o Deputado Efraim Filho, que apresentou requerimento de igual teor, aprovado na Comissão em Brasília, o que proporcionou a realização desta reunião aqui em João Pessoa.

O que estamos fazendo aqui? Nós conseguimos inserir João Pessoa nas discussões. Estes homens e mulheres que aqui estão têm a responsabilidade de colher opiniões, visitar os Estados, conversar com a base eleitoral, que é o povo, aqui representado pela Câmara Municipal de João Pessoa.

Vejam a importância desta sessão, uma audiência oficial da Câmara dos Deputados, de sua Comissão Especial da Reforma Política, que neste momento deixa o seu plenário em Brasília e se instala aqui em João Pessoa, com todo o seu

aparato, com toda a sua assessoria, para ouvir a Paraíba, para ouvir os Vereadores, que são a base do pilar eleitoral.

A presença de V.Exas. aqui hoje eu agradeço sobremaneira. Desde o meu tempo de juventude, de militância nos partidos, eu ouço falar, Deputado Almeida Lima, Deputado Edinho Araújo, em reforma política e eleitoral. A população já não acredita mais nisso. A população já tem dúvidas. Será que sai? Várias foram as pessoas que convidei para esta solenidade, e muitas me questionaram: *"Será que isso não é mais uma falácia, mais uma Comissão que começa e não termina?"*

Eu disse que não, porque desta vez temos a Câmara dos Deputados oxigenada com mandatos novos. São 513 Deputados, dos quais 12 são da Paraíba. Faço questão de frisar a presença do Deputado Efraim Filho, que tem lutado por esta causa, e do Deputado Aguinaldo Ribeiro, que aqui se faz presente. Todos foram convidados, inclusive os 12 Deputados Federais e os 3 Senadores. A Paraíba está sendo ouvida, e isso é de grande importância. Houve igual debate na Assembleia Legislativa e na OAB. Agora estamos trazendo a discussão para cá.

Existem várias interrogações: financiamento público de campanha, fim das coligações proporcionais, voto em lista fechada. E deixo minha opinião pessoal. A população de João Pessoa, Estado da Paraíba, muito nos questiona. Determinado candidato obtém 50 mil votos e perde as eleições; aí um Deputado com 10 mil ganha as eleições. O povo ainda não conseguiu entender isso. Esta Comissão tem esse papel pedagógico.

Nós, como representantes do povo, os Deputados da Paraíba, os Vereadores, os Senadores têm que fazer essa peregrinação por todo o Estado e inserir, como estamos fazendo agora, a Paraíba e João Pessoa neste debate. Nós estamos aqui com esta oportunidade única de dar uma pincelada, Deputada Luiza Erundina, de dar uma contribuição, por mais humilde que seja, mas que possamos fomentar alguma ideia, que possamos levar, através de V.Exas., para Brasília um olhar que a Paraíba tem.

É importante que V.Exas. possam aqui dirimir essas dúvidas e dizer, de uma vez por todas, que realmente esta Comissão foi aberta, foi instalada, está no curso do seu trabalho e, sem sombra de dúvidas, acredito e quero crer que V.Exas. vão fazer o relatório final e vão obter aprovação. Se até outubro deste ano V.Exas. não

conseguirem fazer com que este relatório apresente modificações definitivas, nós teremos as eleições de 2012 com as mesmas regras que aqui já se encontram. Então, é importante que V.Exa., como Presidente, Deputado Almeida Lima, faça isso.

O que essa reforma faz? O que essa Comissão faz? Ela oferece a todos os brasileiros a oportunidade de participar efetivamente desta discussão. E o que nós fazemos agora? Colocamos João Pessoa e a Paraíba para efetivamente fazerem parte deste contexto.

Então, agradeço a V.Exa. a participação e a presença. Agradeço a cada Vereador que saiu da cidade de Santa Rita, Vereador Presidente da Câmara Municipal de Cabedelo, Vereador Ricardo, também com sua comitiva, com mais três Vereadores aqui que o acompanham, com essa vontade e esse desejo, Vereador Tavinho Santos, Presidente do PARLACREM, aqui no nosso Estado.

Agradeço às diversas categorias, às mulheres dos movimentos feministas, que se fazem presentes, que estão aqui na sua grande maioria. *(Palmas.)* Foi uma mulher como essas que conseguiu chegar à Presidência da República. Sem sombra de dúvida, elas estão aqui com presença assegurada na Câmara dos Vereadores. Nós temos aqui a Vereadora Raíssa Lacerda, a Vereadora Sandra Marrocos, a Vereadora Eliza Virgínia, pessoas que são realmente combativas.

Registro também a presença do Vereador Geraldo Amorim, também muito atuante nesta Casa, do nosso amigo jurista eleitoral Jonhson Abrantes, que se faz aqui presente também, uma pessoa que defende a causa eleitoral, que fala e sabe da importância do Direito Eleitoral como ninguém.

Enfim, agradeço aos senhores. Agradeço a presença do amigo Edinho Araújo, do amigo Alceu Moreira, do amigo Almeida Lima, da nossa querida Luiza Erundina, do Deputado Federal Efraim Filho e de todos. Que nós de João Pessoa, paraibanos, possamos aqui colocar a cidade de João Pessoa e a Paraíba...

Saúdo a presença e a chegada do Deputado Estadual Branco Mendes, que aqui também representa a Assembleia Legislativa junto com os Deputados já citados.

Vamos aproveitar, vamos escutar o que o Presidente Almeida Lima tem para dizer, o que os Deputados Federais desta Comissão têm para nos dizer, vamos fazer valer as nossas sugestões para que possamos avançar.

A reforma política é de interesse do povo, sim. A sociedade civil organizada tem que prestar atenção na política, sim. É com este movimento, é com esta fiscalização que nós vamos poder avançar politicamente no Brasil de modo geral.

Meus parabéns e agradeço, sem sombra de dúvidas, a presença de todos vocês e, em especial, aos membros da Comissão, que possamos aproveitar este momento tão grandioso e que a sociedade civil organizada e o povo possam ser escutados.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Benilton Lucena) - Nós é que agradecemos. Já de antemão, concluída a fala do Vereador Bosquinho, autor da propositura, convido o Presidente da Comissão, Almeida Lima, para assumir a Presidência e já iniciar os trabalhos no dia de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Minhas senhoras, meus senhores, paraibanos, bom dia!

Companheiras e companheiros da Mesa, minha saudação coletiva a todas e a todos já referenciados. Sintam-se todos homenageados e agradecidos pela receptividade, pelo carinho peculiar do povo paraibano a todos que aqui os visitam.

Percebo que há uma sintonia fina entre os desejos da Câmara dos Deputados, através desta Comissão Especial de Reforma Política, e da Câmara de Vereadores de João Pessoa e de todo o povo paraibano.

Os atos correram quase que de forma paralela, concomitante. Enquanto a Comissão de Reforma Política da Câmara dos Deputados traçava a sua agenda de trabalhos, envolvendo audiências de debates entre os Deputados, às terça-feiras, e audiências públicas, às quinta-feiras, com personalidades do plano nacional, juristas, acadêmicos, Ministros, políticos, tomamos a decisão, até mesmo por maioria, não por unanimidade — é preciso que se frise isso, Deputada Luiza Erundina —, de que esta Comissão deveria abrir o debate amplo e profundo com a sociedade brasileira, definido, por meio de requerimentos deliberados pela aprovação, um calendário

prévio de conferências pelos Estados, incluídos, previamente, Goiás, Rio Grande do Sul, Sergipe, Paraíba, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Acre.

A Câmara de Vereadores de João Pessoa, ao mesmo tempo, por intermédio do Vereador Bosquinho e aceitação da Plenária, decidia também convidar a Comissão da Câmara Federal para esta audiência pública, o que foi corroborado por requerimento do Deputado Efraim Filho, lá na Comissão, na Câmara, e devidamente aprovado.

Ditas essas palavras, que caracterizam a sintonia política e social, faço questão de dizer que esta é uma sessão de caráter especial conjunto, uma sessão conjunta entre a Câmara de Vereadores de João Pessoa, que agrega não apenas a sociedade desta Capital, mas de todo o Estado, e a Câmara Federal, pela Comissão Especial da Reforma Política.

Quero fazer aqui uma ressalva, com o objetivo de dar o encaminhamento. Em tese, nós, Parlamentares Federais, estamos vindo a João Pessoa para ouvir o povo paraibano. Se tivermos que falar, ou falaremos pouco ou iremos atender a questionamentos de todos vocês. Este é o encaminhamento que será dado.

Todos nós já temos as nossas opiniões, enquanto Parlamentares Federais, e muitas vezes divergentes. Há divergência de pensamento entre mim, pessoalmente, e o Deputado do meu próprio partido, Alceu Moreira, aqui presente.

Se V.Exas. e V.Sas. desejarem questionar, é evidente que todos nós estaremos aptos, dispostos para atendê-los, mas o que nós desejamos mesmo é ouvir a Paraíba! Como já fizemos com os Estados de Goiás, Sergipe e Rio Grande do Sul, faremos com os demais.

Por essa razão, quero conceder a palavra, inicialmente, e por poucos 2 minutos, a cada um dos Deputados Federais, incluídos os da Paraíba, e, a partir daí, ouviremos Vereadores, Deputados Estaduais e ouviremos o povo.

Temos adotado em outros Estados uma fórmula que dá certo: um microfone sem fio e uma fila para aqueles que desejam fazer uso da palavra, ou fazer a fila e subir à tribuna, para, de forma sintética, apresentar as suas sugestões, declarar os seus sentimentos. Esse é o processo que vai enriquecer e legitimar uma proposta de reforma política!

Eu não acredito — falo por mim — em uma reforma, no seu mérito, se ela não partir do seio da sociedade brasileira. Se ela não representar os anseios, para mim não será legítima. Não que nós, Deputados Federais e Senadores, não tenhamos condições de oferecer uma proposta! Temos, mas, como nem sempre os interesses da classe política coincidem com os interesses da sociedade *(palmas)*, e esta é uma matéria que diz respeito aos interesses diretos, pessoais, nossos, evidentemente, para atender ao princípio da sobrevivência natural da espécie humana, animal e até vegetal, não me peçam para eu tomar uma decisão que seja contrária aos meus interesses. Eu não vou dar um tiro no próprio pé.

Logo, em se tratando de uma matéria que diz respeito mais aos interesses do povo do que aos interesses dos Parlamentares, eu, por exemplo, não me sinto com legitimidade para decidir essas questões, que são de maior interesse do povo do que da própria classe política.

Não acho legítimo a classe política querer trazer para si uma decisão que não lhe compete, exatamente pedir ao alfaiate o molde que dá muito bem no seu corpo, mas que é troncho para o organismo social.

Por essa razão, a participação popular é extremamente bem-vinda, sobretudo pelo que determina o parágrafo único do art. 1º da Constituição brasileira. Ali, não se trata apenas de um princípio constitucional. É um princípio da democracia. E só se discute reforma política num país democrático. E, quando assim é feito, o objetivo não é o retrocesso, é a melhoria, o aperfeiçoamento das instituições democráticas. E esse parágrafo único diz que o poder emana do povo, que o exerce diretamente ou através de seus representantes. *(Palmas.)*

Portanto, que a classe política, a partir da Presidência desta Comissão, abra espaço para a sociedade.

Feita essa prévia, em homenagem à Paraíba, quero passar a palavra à Deputada paraibana que tão bem representa todo o Brasil, e em todo o Brasil, em São Paulo, em todo canto do País. Concedo a S.Exa., inicialmente, 2 minutos para as palavras iniciais. *(Palmas.)* Todos os Parlamentares federais a seguir também disporão de 2 minutos, para ganharmos tempo e ouvir o plenário.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Bom dia, companheiras e companheiros. *(Palmas.)* Bom dia à Mesa, na pessoa do nosso Presidente Almeida

Lima e do nosso Vereador Bosquinho. Na pessoa dos dois, saúdo todas as autoridades municipais e estaduais.

Quero dizer da minha alegria de estar na minha Paraíba, na minha João Pessoa, embora representando o povo de São Paulo no Congresso Nacional. Quero dizer o quanto me alegra e dá prazer estar aqui com vocês para discutir um tema estratégico para a vida do País e para a consolidação da democracia no Brasil.

Alegra-me muito contar com a presença de tantas mulheres, porque há uma distorção enorme no sistema político do Brasil, que é a exclusão das mulheres. Nós somos menos de 9% na Câmara, pouco mais de 10% no Congresso; os negros são 4% no Congresso; e não há um índio representado no Congresso. Que democracia é essa?!

Temos que corrigir essa distorção. Nós temos que criar mecanismos de democracia direta, de democracia participativa. Embora a Constituição preveja mecanismos de democracia direta, de democracia participativa, plebiscito, referendo, projeto de lei de iniciativa popular, esses mecanismos não foram até agora devidamente regulamentados, muito menos exercitados.

O Brasil só fez dois plebiscitos e um referendo, quando essa é uma prática recorrente em todas as outras democracias no mundo, particularmente em países vizinhos da América do Sul, da América Latina.

Sr. Presidente, serei breve, porque queremos ouvir o nosso povo.

Eu fiquei atenta ao pronunciamento do Vereador Bosquinho, quando dizia que a sociedade não acredita mais na promessa de uma reforma política. Também me colocam essa dúvida, Vereador. Eu respondo: eu também tenho dúvidas, mas confio em que desta vez o povo vai impor essa reforma política.

E me agradou muito a sensibilidade, a abertura do nosso Presidente Almeida Lima e dos membros da nossa Comissão Especial por terem entendido o caráter pedagógico desta Comissão. Como dizia também o Bosquinho: *"Esta Comissão tem uma função pedagógica"*. E, através do exercício dessa função e dessa responsabilidade, nós estamos trazendo o apoio popular para nos respaldar e conseguirmos aprovar a reforma política possível, porque uma reforma política perfeita, completa e acabada não existe. E nós temos pressa! O povo tem pressa e

certamente este momento é uma possibilidade real de se conseguir, desta vez, fazer a reforma política tão esperada e tão necessária à democracia brasileira.

Estou aqui não só na condição de membro da Comissão Especial pelo meu partido, o PSB, mas também como Coordenadora-Geral da Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular, composta por Deputados e Senadores, mais de 200 Parlamentares e mais de 50% de entidades da sociedade civil.

Estou aqui também para ouvir e para levar ao coletivo daquela Frente Parlamentar o pensamento médio da maioria do povo brasileiro.

Obrigada, Sr. Presidente. Obrigada, senhoras e senhores. Estamos aqui para ouvi-los.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Após ouvir a palavra da mulher paraibana, enfim, a palavra dos paraibanos e de uma mulher, tenho a honra de convidar o meu amigo 1º Vice-Presidente desta Comissão, Deputado Edinho Araújo, do PMDB de São Paulo.

V.Exa. tem a palavra, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Sr. Presidente, Deputado Almeida Lima, meu caro Deputado Efraim Filho, em seu nome também quero agradecer a gentileza da recepção proporcionada pelo Vereador João Bosco, o Bosquinho.

Cumprimento a Câmara dos Vereadores e o seu Presidente, que foram protagonistas deste encontro com o requerimento que fizeram, juntamente com o Deputado Efraim, lá na Comissão. Eu me lembro, estava presente quando o Deputado Efraim Filho apresentou o requerimento para que a Comissão de Reforma Política da Câmara pudesse estar presente aqui. Portanto, graças a V.Exas., do Legislativo Municipal, e a um dos representantes da Câmara Federal, Deputado Efraim Filho, estamos todos aqui.

Saúdo o Deputado Federal Aguinaldo Ribeiro, representante do Estado da Paraíba. Saúdo e cumprimento o meu colega Deputado Alceu Moreira. Saúdo também a Deputada Luiza Erundina.

Eu fui colega da Deputada Luiza Erundina na Assembleia Legislativa de São Paulo. Depois S.Exa. foi candidata a Prefeita de São Paulo. S.Exa. disse no encontro da semana passada, em Aracaju, que quando está em São Paulo, S.Exa. é

a mais nordestina da nossa Capital. Quando S.Exa. está aqui, é a mais paulista de todos nós. S.Exa. quebrou todos os tabus. Dizia ainda pouco a nossa professora e ex-Vereadora Paula Frassinete que a Deputada Luiza Erundina, para completar todos os tabus, precisava ser negra. Se S.Exa. fosse negra ou índia teria quebrado todos os tabus.

A nossa palavra é de agradecimento a todos. Estamos aqui para ouvir, mas eu não posso deixar de saudar o Sr. Benilton Lucena, Primeiro-Secretário; o Dr. João Ricardo, da OAB — é muito importante a participação das organizações da sociedade; o Sr. Walter Aguiar, chefe de gabinete do Governo; a Sra. Cristina, que representa os movimentos sociais da reforma política. *(Palmas.)*

Saúdo todas as autoridades, os homens e as mulheres. Saúdo o Deputado Franco Mendes. Cumprimento a todos.

Eu quero apenas dar uma contribuição. Estamos ouvindo. Para vocês terem uma ideia, lá na Comissão temos realizado reuniões às terças-feiras e às quintas-feiras. Estamos ouvimos todos os Parlamentares e os cientistas políticos do Brasil.

Vocês tiveram notícia do resultado da Comissão do Senado. Muitas vezes eu sou indagado no meu Estado: "*Olha, já decidiu que não vai ter mais Senador, não vai ter mais dois suplentes*?"

Digo aos senhores e senhoras, a todos vocês, que não foi tomada nenhuma decisão sobre a reforma política! Esta Comissão da Câmara dos Deputados está ouvindo, abriu as portas para o debate.

Cumprimento o Presidente Almeida Lima. Apesar de todas as críticas, estamos ouvindo agora o Brasil, juntamente com a Deputada Luiza Erundina, que é Presidente — é bom que se ressalte — da Frente Parlamentar, composta por mais de 200 Parlamentares, entre eles Deputados e Senadores, e mais de 40 entidades da nossa sociedade civil.

Portanto, é amplo o debate que queremos travar. Estou na vida pública há quase 40 anos. Já disputei 10 eleições e ganhei nove eleições. Já fui Prefeito de Santa Fé, minha cidade natal. Fui Deputado Estadual três vezes por São Paulo. Sou Deputado pelo terceiro mandato. Já fui Prefeito de São José do Rio Preto, uma cidade de 440 mil habitantes, por dois mandatos. Fui reeleito em dois turnos.

Estou certo de que a sociedade não aguenta mais esta legislação que está em vigor, porque o que prevalece hoje é o poder econômico, é a falta de motivação da juventude. Nós queremos a participação das mulheres! É isso que precisa acontecer com a reforma política, para fortalecer as nossas instituições.

Eu sou partidário de que precisamos implantar... Estamos abertos. É claro que podemos mudar a nossa convicção, mas eu acho que o voto distrital misto... Precisamos arrumar algo que obtenha consenso. Sabemos que cada cidadão e cada Parlamentar tem uma reforma política na cabeça.

Eu sou favorável ao voto distrital misto, à unificação das eleições e ao fortalecimento dos partidos.

Mas a Paraíba vai falar! João Pessoa vai participar! Estamos aqui para ouvi-los. Possivelmente, depois, no final das reuniões, a Deputada Luiza Erundina vai ter um tempo muito maior, porque precisamos ouvir a sua experiência e a de todos os Deputados que aqui estão.

Eu acho que depois de ouvirmos os nossos colegas, ao final, vamos dar uma opinião mais abalizada sobre as perguntas e as dúvidas que puderem existir.

Um grande abraço a todos.

Parabéns, Paraíba! Parabéns, João Pessoa, por esta participação democrática. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Muito grato, Deputado Edinho Araújo.

Concedo a palavra ao nobre Deputado e querido amigo Alceu Moreira, do PMDB do Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Senhoras e senhores, bom dia. Saúdo o meu querido companheiro Almeida Lima, saúdo o Vereador Bosquinho e o meu querido colega, Deputado Efraim, que nos deram a oportunidade de estar aqui, na nossa querida Paraíba. Saúdo com carinho esta figura humana magnífica, gigante pela expressão política e pelo comportamento, a Deputada Luiza Erundina.

A Deputada Luiza Erundina, entre muito poucos, como o Deputado Aldo Rebelo, quando pisa o carpete da Câmara Federal, ele afunda pela solidez da sua história, pelo exemplo vivo de fazer política com amor à causa e com dignidade social. Eu tenho imenso prazer em estar com S.Exa. nesta Comissão.

Saúdo o Deputado Edinho Araújo, meu querido companheiro.

Depois, meu querido Presidente, eu gostaria de ter a oportunidade de falar se, por acaso, nas dúvidas levantadas em debate, quando se vai ouvir a Paraíba, tiver de responder a algumas perguntas. Vim aqui realmente com um par de orelhas para ouvir o dobro do que falo. Na verdade, quero ouvir.

Mas existem algumas questões que são importantes na reforma política. Quando cheguei, na primeira reunião, tinha uma série de convicções. A cada vez que se vai discutindo, percebe-se que os cantos da sala começam a ficar mais redondos e, em alguns lugares, criam-se outros cantos. Vamos compreendendo que o assunto não é tão claro assim.

Estamos ouvindo cientistas políticos e realizando palestras, audiências públicas e vamos compreendendo que algumas convicções que defendíamos a ferro e a fogo não são tão verdadeiras assim.

Querem ver? Lista fechada. Pelo amor de Deus, lá vem o caciquismo, vem isso, vem aquilo... *(Palmas.)* Já vêm imediatamente as críticas. Críticas rasas! Só críticas rasas. Se ela for construída por filiados partidários e votada em lista plúrima, cada filiado podendo votar em cinco candidatos, nós criamos uma porta aberta para o cacique e, imediatamente, fechamos a porta com trancas, já!

Então, não é bem assim o processo. É possível ter lista fechada e absoluta democracia partidária. É possível.

Na Câmara Federal há uma grande parte que quer lista fechada e outra que quer o distrital ou o distritão. E nós vamos ter que conviver com isso. Na Câmara, teremos que ter sabedoria para estabelecer a média entre o açúcar doce e o café amargo. Vamos ter que fazer isso, e faremos. *"Mas o distritão tem todos os defeitos. A pessoa vai votar nas pessoas."* Há virtudes e há defeitos. Em todos os processos há virtudes e defeitos.

Portanto, não te arvores no direito de sábio, achando que aquilo que tu propões é a maior verdade política, porque ela certamente terá uma parte de mentira e uma de verdade no seu próprio pensamento. É melhor que se ouça muito as pessoas para fazer isso.

Por fim, eu gostaria de dizer para vocês o seguinte: há duas questões fundamentais. Uma delas é o fim para o qual estamos nos movimentando. Para que

se quer uma reforma política? O que se discute? Forma de poder, exercício de poder e controle dele. Forma, exercício e controle.

Para o que se quer partido político como instrumento de transformação social? Porque nós queremos que os partidos sejam laboratórios de políticas públicas capazes de produzir ferramentas que tenham direito à solução de vida para as pessoas.

Nós queremos que o debate estabeleça, com clareza, por que o meu PMDB tem que ter uma proposta para a saúde e para a educação. Nós não queremos mais discurso massa mole, esses vendedores de embalagem de sabonete que se apresentam na televisão com uma única intenção: não criar área de atrito, não estabelecer discordância, porque isso pode perder eleitores.

Política não é a arte de cuidar de rebanhos. Política é a arte de estabelecer fronteiras, contraditórios. É preciso estabelecer democracia pelo que tu acreditas. Eu quero que o meu partido, na reforma política, possa sair da tese de eleger-se com recurso de empreiteiros, de se guiar nos corredores do Congresso pela emenda parlamentar, e possa ser um instrumento de transformação da sociedade, representação fiel e digna daquilo que nós pensamos para a sociedade.

Portanto, eu tenho que fazer uma fórmula interna no meu partido de dar dignidade e felicidade ao povo. O meu partido tem que ser caminho e não estrada para alguns.

Obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Alceu Moreira, grato a V.Exa.

Quero convidar para integrar a Mesa o Deputado Estadual Branco Mendes, por gentileza.

Passo a palavra ao nobre Deputado Federal Efraim Filho.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Meu bom dia a todos os senhores e senhoras presentes. Manifesto a minha alegria em poder estar aqui fazendo uso honroso desta tribuna da Câmara de Vereadores. Saúdo a Mesa, na pessoa do meu amigo, Presidente da Comissão Especial de Reforma Política, Deputado Federal Almeida Lima, ao tempo em que saúdo também a Deputada Luiza Erundina, o

Deputado Alceu Moreira, o Deputado Edinho Araújo e também o Deputado Aguinaldo Ribeiro, que por aqui já estiveram e também fizeram uso da palavra.

Saudando a Mesa, também gostaria de saudar a audiência que está aqui presente. Saudar essa grande quantidade de mulheres, na pessoa da minha cara amiga Edna Mey, que ali se encontra. O movimento feminista, com certeza, desde as redes sociais, já vem repercutindo esse debate. Saúdo também a audiência na pessoa do amigo André Luiz, Superintendente da Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba — ESPEP, que também participa desta audiência.

Saudações rápidas, lógico, porque o tempo é resumido. Na pessoa do amigo Vereador Bira, saúdo todo o Plenário de Vereadores que se faz presente aqui.

Gostaria de dizer, Sr. Presidente, da honra em poder estar aqui presente. O requerimento compartilhado entre o Vereador Bosquinho e a minha pessoa é exatamente com o intuito de trazer para cá um debate que tem de fugir dos muros do Congresso Nacional. Se a reforma política ficasse restrita ao gabinete cheio de homens e mulheres engravatados, nada sairia daqueles gabinetes frios pelo ar-condicionado.

Era preciso ouvir a voz rouca das ruas, era preciso interagir com a sociedade, era preciso criar essa sintonia fina com a sociedade civil organizada. E aqui estamos cumprindo uma missão e dando legitimidade a um trabalho de reforma política.

Deputado Edinho, eu me espanto quando ouço as pessoas falarem que a reforma política não vai sair, que não acreditam na reforma política. Elas, às vezes, não se dão conta, Deputado Almeida Lima, de que a reforma política já começou, que ela já deu passos importantes.

Quem, 2 anos atrás, diria que o político que trocasse de partido perderia o mandato? A fidelidade partidária já é realidade, já está aí. Isso não existia. Isso foi um grande avanço. O Ficha Limpa está aí e valerá em 2012.

Quem, 2 anos atrás, diria que o político condenado pela Justiça estaria fora das disputas? Já está, meu caro João Ricardo Coelho. São conquistas da sociedade. A reforma política já andou, a fidelidade partidária, o Ficha Limpa, e nós iremos construir o resto.

Se não existe uma reforma política ideal, já temos um consenso na Comissão. O Deputado Alceu Moreira se referiu a consenso, mas um consenso já existe,

Deputado, o de que o modelo atual está esgotado, está exaurido, que ele não atende mais às perspectivas da população.

É este o sentimento: o de que muitas vezes o ideal é inimigo do possível. Se todos nós fôssemos correr atrás do ideal, dificilmente encontraríamos a convergência do possível. E esse é um sentimento da Casa. No passado, a reforma política, meu caro Secretário Walter Aguiar, era uma opção, era uma alternativa, e fracassou. A reforma política hoje é indispensável, é essencial, é necessária. É uma chance de a classe política se reinventar e resgatar a credibilidade junto à sociedade.

Não podemos deixar passar esta oportunidade, sob pena de comprometer o futuro político e social deste País com a alta carga a ser suportada pelas gerações futuras. E nós não deixaremos isso para as gerações futuras.

O que me move na reforma política é exatamente isto: que Brasil deixaremos para nossos filhos e netos? Qual a democracia e o conceito de liberdade que deixaremos para as gerações que virão?

Então, ao concluir esta fala, minha cara Rossana, diria que dentre os pontos colocados na reforma política está exatamente o do sistema de representação, que é como escolheremos os nossos candidatos: voto distrital; voto distritão, que é o voto majoritário; voto proporcional, o atual; o da lista de partidos.

O Deputado Alceu dizia que vê muita gente que é contra a lista e que é a favor de votar nas ideias e não nas pessoas. Quer dizer, existem sentimentos contraditórios a serem discutidos.

Eu, particularmente, encerro minha fala fazendo referência a um tema que considero mais importante do que o sistema de representação: o tempo de mandato. Não podemos mais ter eleições de 2 em 2 anos. É uma prática nociva para a nossa sociedade. *(Palmas.)* Não temos mais como aguentar isso — não nós, classe política, mas os eleitores. Eles não entendem por que votaram ano passado e vão ter que votar ano que vem novamente. Eles não conseguem acompanhar o trabalho parlamentar daqueles que escolheram como representantes e muitas vezes já não lembram em quem votaram na eleição passada. Este é um tempo popular. Eu defendo os 5 anos de mandato, o fim da reeleição e as eleições gerais. São as propostas que apoio. *(Palmas.)*

Outro tema crucial é o financiamento. Não adianta, como disse o Deputado Alceu, fazer discurso ensaboado, com embalagem de ovo de Páscoa. Não! O grande problema do nosso sistema político hoje é o financiamento de campanha, que alija as novas lideranças sem estrutura para colocar nas ruas. É ele que afasta os jovens. É ele que também afasta muitas vezes as mulheres. Elas não têm condições de arcar com os custos financeiros de uma campanha. É ele que afasta os grandes representantes, que, muitas vezes, acabam por deixar o Congresso. Cito aqui Roberto Magalhães, José Eduardo Cardozo, Ibsen Pinheiro e tantos outros Deputados que disseram: *"Eu não aguento mais disputar as eleições me submetendo ao que tenho de me submeter"*. O financiamento de campanha é sustentado muitas vezes por empreiteiras que dão 1 milhão ao candidato do Governo e 1 milhão ao candidato da Oposição. Ou seja, qual é a ideologia? Não há. Essas empresas já entram na política sabendo que vão perder aquele 1 milhão. Por quê? Porque querem ficar próximas ao Poder Público e buscar o ressarcimento durante a campanha.

É essa a grande mazela do nosso sistema político. Ela é que tem que ser combatida. É esta a grande prioridade: permitir o financiamento de campanha para que todos comecem iguais *(palmas)*, para que todos deem um passo de partida ao mesmo tempo e, claro, durante a caminhada, os mais habilidosos e competentes conquistarão a confiança da população.

Estamos aqui para ouvir todos vocês. Essa é a nossa missão. Obrigado pela presença.

Para mim, Deputado Almeida Lima, como Deputado Federal da Paraíba e único titular, é uma honra e, acima de tudo, uma grande responsabilidade ser a vez, a voz e o voto da Paraíba nesta Comissão. É por isso que me submeti a essa agenda de audiências públicas. Já participei de audiência pública na Assembleia Legislativa, ao lado do Deputado Branco; na OAB, ao lado de Johnson Abrantes e de outros advogados; na Câmara de Vereadores de Bayeux. Já estamos agendados para reuniões na Câmara de Vereadores de Guarabira. Iremos às universidades. E estamos aqui, na Câmara Municipal de João Pessoa, porque eu quero, na hora do meu voto, saber que tenho legitimidade e credibilidade por ter dialogado com o povo paraibano.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Passo a palavra ao 1º Secretário, para anunciar algumas presenças em nosso recinto.

O SR. BENILTON LUCENA - Sr. Presidente, estão presentes Rossana Honorato, Diretora-Superintendente da SUDEMA; Vicente Bernardo Dias, Vereador do Município de Areia; Edilton Silva do Nascimento, também Vereador de Areia; Davi Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Alagoinha; Ricardo Brindeiro, representando o Deputado Luiz Couto; Branco Mendes, Deputado Estadual; José Ricardo Félix, Presidente da Câmara de Cabedelo; Marenilson Batista da Silva, Secretário de Agropecuária e Pesca do Estado da Paraíba; Wallace de Oliveira Pereira, Secretário-Geral do SINTEEL/PB; Nézia Gomes, Secretária de Políticas Públicas para Mulheres; Ronaldo Barbosa, Secretário Adjunto; Socorro Brito, representante do PT; Júlio César Gomes, representante do Partido Socialista Brasileiro e Secretário da Reforma Política; Luzenira Alves, representante da CUT/PB; Paula Frassinete, Secretária Adjunta do IPM; André Luiz, Presidente da ESPEP; e José Aldemir, Deputado Estadual.

São alguns dos presentes até o momento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Muito grato.

Vamos ouvir o último Deputado Federal nesta fase, o paraibano Aguinaldo Ribeiro. Logo a seguir, vamos mudar a sistemática, como anunciamos anteriormente. Vamos ouvir alguém do plenário, intercalando com um Vereador, um participante da Mesa e um Deputado Estadual. Vamos estabelecer aquilo que nós nos propusemos a fazer.

Com a palavra o nobre Deputado Aguinaldo Ribeiro.

O SR. DEPUTADO AGUINALDO RIBEIRO - Cumprimento o Sr. Presidente, a Deputada Luiza Erundina, o Deputado Efraim Filho e os demais Deputados Federais aqui do nosso Estado, os Deputados que nos dão a honra de estarem em nossa Paraíba, os Srs. Vereadores, as minhas senhoras e os meus senhores.

Caro Presidente, Senador — permita-me ainda chamá-lo assim — Almeida Lima, nós, desta Comissão Especial, temos, sem dúvida nenhuma, uma missão muito importante, que é tratar de um tema que tem sido recorrente: a definição de um sistema político que represente, antes de tudo, o anseio da sociedade e que

evite o vácuo a que temos assistido e que tem remetido este País a uma insegurança tremenda.

Por essa razão é que nós estamos debatendo, assim como o Senado Federal, pontos de extrema importância e que, meu caro Walter Aguiar, representando aqui o Governo do Estado, são extremamente importantes para que tenhamos, já nas próximas eleições, uma definição desses pontos que acabo de me reportar.

É evidente que em toda reforma existem pontos divergentes. E ainda não existe, pelo menos na minha opinião, um sentimento de convergência, até pela diversidade de pensamentos das representações no Congresso Nacional. Mas também sabemos o quanto é difícil se preparar uma reforma política que trate de todos os temas de uma única vez.

E o que nós temos pelo menos em termos de sentimento quase consensual é que é preciso implementar uma reforma, caro Vereador Fernando Milanez, que se possa começar definir agora, mas com seus efeitos para as eleições vindouras.

Nós temos temas palpitantes, como a questão da reeleição e a da coincidência de mandato. Tenho a compreensão de ser a favor da coincidência de mandatos. Acho que o nosso País não pode viver mais este sistema de eleição, que dizem que é de dois em dois anos mas, na verdade, temos eleição de ano em ano. Nós tomamos posse agora, Deputada Erundina, no dia 1º de fevereiro, caro Vereador Benilton, e já estamos discutindo as eleições municipais. Temos o prazo de outubro para cumprir, e já não se fala em outra coisa. Quando eu cheguei aqui, talvez tenha sido mais abordado sobre as eleições municipais do que propriamente sobre a reforma política.

Então, realmente temos que trabalhar na direção de convergência daquilo que for possível no Congresso Nacional, aqueles temas que podem ser discutidos e aprovados já com efeitos para 2012; e aqueles que não podem ser aprovados para 2012 que possamos, Vereador Bira, aprová-los para 2014, para 2018, de forma que seja contemplado o anseio da população como um todo.

Esse é o sentimento que temos. Não vou me alongar, apenas parabenizar esta Comissão, caro Presidente Almeida Lima, pela iniciativa de visitar os Estados. É muito importante este debate na base para colhermos... Acho que temos aqui mais

que ouvir do que falar. Estamos aqui para ouvir da população, da sociedade civil representada, o pensamento, o extrato que podemos levar da nossa Paraíba para compor com as demais Unidades da Federação e termos, sim, uma proposta política que possa ser o mais fiel retrato do povo brasileiro, do povo paraibano.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Muito grato ao nobre Deputado.

Concedo a palavra à Sra. Cristina Lima, que representa o Fórum pela Reforma do Sistema Político com Participação Popular da Paraíba.

A SRA. CRISTINA LIMA - Bom dia a todas e a todos. Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa da Deputada Federal Luiza Erundina, Presidente da Frente Parlamentar, que tem uma luta histórica no Brasil neste processo da reforma política. Gostaria de cumprimentá-la em nome de todos os representantes da Mesa e suas respectivas entidades. Gostaria também de cumprimentar todas as mulheres presentes. Inclusive, peço que todas as mulheres presentes fiquem de pé. *(Pausa.)*

Em nome dessas mulheres, que notadamente vemos que não compõem nem a metade desta plenária... Nós, mulheres brasileiras, somos mais da metade do eleitorado brasileiro. Distorções como esta é que nós, da Plataforma dos Movimentos Sociais, do Fórum Estadual pela Reforma do Sistema Político aqui da Paraíba, que tem representações da sociedade civil, estamos lutando para corrigir.

O fórum foi formado recentemente e conta com representantes da sociedade civil, da Plataforma Nacional dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, que é uma articulação nacional que contém várias organizações e movimentos da sociedade civil que, desde 2004, vêm discutindo a necessidade de se debater o empoderamento da população através da democracia direta e dos segmentos que não são representados nos Parlamentos no Brasil.

O Fórum Estadual da Paraíba é formado pelas secretarias das mulheres dos partidos políticos — do PT, do PCdoB e do PSB. Esse fórum está aberto a todas as secretarias de mulheres de partidos e também a outras instâncias de partidos que estão contribuindo com essa discussão.

Quero enfatizar isso, porque esse espaço é suprapartidário e contempla representações da sociedade civil.

Também falo a partir da Articulação de Mulheres Brasileiras, do Movimento Feminista e da Cunhã Coletivo Feminista, na Paraíba. Pontuo inicialmente que é desse lugar que estamos falando.

Como o Deputado Almeida Lima destacou inicialmente, a própria Comissão ainda não tem consenso sobre as linhas que devem ser defendidas neste projeto final de reforma do sistema político. Dentro do fórum, ainda estamos discutindo e construindo esses pontos. Nós já estamos convergindo em algumas questões, mas quero enfatizar que o fórum é um espaço plural e ainda está construindo consensos.

Queria falar um pouco sobre o processo da Plataforma dos Movimentos Sociais, que desde 2004 vem debatendo a questão da reforma do sistema político como uma questão mais ampla, que vai além da reforma do sistema eleitoral.

Entendemos que a reforma do sistema político deve fortalecer alguns mecanismos de participação direta, fortalecer essa democracia direta. Que a população possa ser ouvida em momentos estratégicos na sociedade brasileira; que possamos, através de plebiscitos, referendos e vetos populares, nos colocar como sociedade civil, cidadãs e cidadãos.

Outro importante ponto de fortalecimento é o próprio processo de democratização e fortalecimento dos partidos políticos. A Plataforma defende que os partidos políticos sejam fortalecidos nos seus eixos programáticos, e isso só vai fortalecer o processo de democratização da nossa sociedade.

Um dos eixos da plataforma é a questão da reforma eleitoral, sobre a qual vou me ater mais detalhadamente.

Outra questão importante é a da democratização dos meios de comunicação, da democratização do sistema judiciário. Entendemos que a democracia brasileira precisa ter mecanismos de controle das irregularidades e dos abusos que acontecem no sistema eleitoral brasileiro. Se nós temos um Judiciário fortalecido e meios de comunicação que contribuem para ampliar a participação da sociedade e mecanismos de transparência pública, entendemos que isso vai contribuir com a democratização do Brasil e da sociedade brasileira.

Há alguns consensos que nós gostaríamos de pontuar — eu sei que outras pessoas da plenária vão reforçar isso. A Plataforma de Reforma do Sistema Político prevê alguns eixos fundamentais para podermos contribuir com a democratização do acesso ao poder na nossa sociedade.

Uma das questões é que a reforma política tem que ser mais ampla, para além do sistema eleitoral; que os processos de participação direta da sociedade sejam simplificados; e que haja avanço na legalidade da democracia participativa, conselhos e conferências discutirem a importância desses mecanismos de participação da sociedade civil e que tenham mais poder de deliberação na nossa sociedade.

Em relação ao sistema eleitoral, estamos propondo a lista fechada com alternância de sexo *(palmas)*, para que mulheres e homens tenham acesso às mesmas condições nas suas campanhas eleitorais. Além da alternância de sexo, que essas listas fechadas nos partidos considerem as desigualdades étnico-raciais e da população LGBT na nossa sociedade. Hoje nós sabemos que nós, mulheres, somos sub-representadas. Como a Deputada Luiza Erundina destacou, somos pouco mais de 10% no Congresso Nacional. E se falarmos de mulheres negras, essa participação cai mais ainda.

Então, nós queremos enfatizar que a participação da sociedade no Parlamento deve refletir a diversidade da sociedade brasileira. Atualmente, essas distorções estão favorecendo os homens brancos, que têm condições de financiar suas campanhas políticas com dinheiro da iniciativa privada; eles estão ocupando esse espaço sem que as mulheres estejam em pé de igualdade.

Portanto, nós compreendemos que as listas fechadas com alternância de sexo vão colaborar para esse processo de democratização da participação e do acesso ao poder.

Outra questão que está vinculada a esta questão da lista fechada é o financiamento público de campanha. Nós, sociedade brasileira, não podemos mais permitir a mercantilização das campanhas eleitorais neste País que envolvem esquemas de corrupção históricos. Não temos como corrigir essas distorções se nós não combatermos a questão do financiamento privado nas campanhas.

Então, lista fechada, com alternância de sexo, e financiamento público de campanha, para fortalecer os partidos e favorecer um processo de democratização dentro dos próprios partidos, porque isso vai levar a que os partidos considerem a questão das mulheres e desta sub-representação que nós temos hoje tanto localmente, como nacionalmente das mulheres no Parlamento.

É só isso que queria dizer. Acho que as minhas companheiras vão falar um pouco mais.

Agradeço mais uma vez a oportunidade de participar desta audiência. É muito importante que estas audiências públicas ouçam realmente a sociedade, e que tenhamos na Mesa um espaço para a fala de pessoas da sociedade civil, para que estas possam trazer suas propostas e que saiam do Parlamento.

Acho que esta iniciativa é muito importante para a nossa sociedade. Vamos tentar garantir aqui estas falas da sociedade civil organizada e das mulheres que estão na política historicamente. Estamos na secretaria dos partidos, lutamos pelas eleições diretas, lutamos contra a ditadura. Nós estamos na política, sim, há muitos anos, há séculos, mas nós queremos estar na política com poder, e com poder real de participação.

Obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito bem. Falou a Cristina Lima, que representou o Fórum pela Reforma do Sistema Político com Participação Popular da Paraíba.

Dentro do critério estabelecido pela Presidência, vamos ouvir agora a plenária. Duas ou três pessoas falarão pelo tempo estabelecido pelo Presidente, de 1 minuto, prorrogável por mais 1 minuto, para que um maior número de pessoas possa participar. Haverá alternância com pessoas da Mesa que estão inscritas para falar e todos os Vereadores que estão inscritos. Participantes da Mesa e Vereadores estão inscritos, mas a orientação da Mesa é que ouçamos duas ou três pessoas.

Então, inicialmente vou dar a palavra à Sônia Lima — já pode se preparar para usar o microfone aqui ao lado ou a tribuna —, que representa a COJIRA, a Comissão de Jornalistas; e à Lúcia Rocha, que é Secretária Estadual da Mulher do PCdoB. Depois — olhem, só mulheres —, à Luzenira Linhares, do Coletivo Estadual de Mulheres da CUT. Essas três pessoas podem se posicionar para falar por 1

minuto, com prorrogação de mais 1 minuto. Permitam, porque terei de presidir depois.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Dois minutos. Vamos lá, 2 minutos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Mas é por isso mesmo.

Com a palavra a Sra. Sônia Lima, que, se quiser, poderá usar a tribuna.

A SRA. SÔNIA LIMA - Bom dia a todos e a todas.

Quero saudar as autoridades aqui presentes, os Deputados Federais e a querida Deputada Luiza Erundina, por quem tenho grande admiração, pela história política e pela contribuição que tem dado para o crescimento político, tentando incluir os movimentos sociais nesta discussão.

Portanto, venho aqui para fortalecer a proposta de lista fechada e financiamento público de campanha. No lugar de mulher negra, eu vejo que a única possibilidade de compormos e disputarmos realmente espaço de poder, primeiro, é com a lista fechada. Eu participo de um partido político que tem um mínimo de democracia interna, o PT. Eu acho que ele talvez seja mais democrático internamente do que a maioria dos partidos. Eu não conheço os demais, mas, pela nossa prática política, nós temos a possibilidade de discutir e disputar internamente uma lista em que estejam presentes mulheres negras, índios e a diversidade da população brasileira representada, LGBT, etc.

Então, eu venho aqui para solicitar que nos escutem, já que estão aqui para escutar a população, e que reforcem a possibilidade de o Congresso Nacional aprovar uma reforma política que contemple a lista fechada partidária e o financiamento público de campanha, para que nós também tenhamos condições de disputar com os Parlamentares que vêm da representação da classe empresarial.

O que acontece hoje é uma distorção: a sociedade brasileira não se vê representada no Congresso Nacional. O que temos lá são pessoas que vêm de classes abastadas, são empresários que representam o agronegócio, banqueiros e tudo o mais, mas nós, do povo, não temos assento naquela Casa, porque não temos condições hoje de disputar as campanhas milionárias.

Nós queremos que seja proibido o financiamento privado de campanha e que as pessoas só tenham a possibilidade de fazer campanha com dinheiro público. Como hoje já sabemos, embora não claramente, mas...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Pode concluir, por favor. Conclua seu raciocínio.

A SRA. SÔNIA LIMA - ... parte dos escândalos que estão aí remetem ao dinheiro para as campanhas políticas. E temos que acabar com isso inclusive para combater a corrupção no nosso País.

Obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Parabéns. Muito obrigado. Falou a Sra. Sônia Lima.

Com a palavra a Sra. Lúcia Rocha.

A SRA. LÚCIA ROCHA - Saudações à Mesa, especialmente à Deputada combativa Luiza Erundina, a todas e todos aqui presentes.

Realmente, acho que precisamos hoje em nosso País da construção de um novo projeto de desenvolvimento social e, para isso, nós temos vários desafios: um deles é acabar com a sub-representação da participação feminina no poder, porque é uma questão prioritária que as mulheres realmente cresçam no seu protagonismo político, para fazer face à sua participação efetiva no processo de transformação da sociedade.

Também está ligado a isso a reforma política, que não está dissociada da construção do novo projeto de desenvolvimento social. Agora, entendemos a reforma política, como a companheira Cristina observou, não apenas do sistema eleitoral, mas de um conjunto para ampliação, fortalecimento e consolidação do processo de democracia em nosso País.

Dentro da questão da mudança do sistema eleitoral, consideramos prioritária a questão da lista preordenada com alternância de sexo, o que fortalecerá até o processo interno nos partidos de ampliação da democracia, evitando a existência de donos de partido e permitindo a participação igualitária de todos na disputa eleitoral, na construção e no fortalecimento do poder interno e na participação externa do poder.

Também somos contra o voto distrital, porque isso fortalece o "curralismo", com sua votação majoritária, priorizando as personalidades em detrimento do fortalecimento dos partidos. *(Palmas.)* Defendemos o financiamento público de campanha porque este vai evitar a corrupção grassada na nossa sociedade, vai impedir que somente aqueles que já sejam fortes economicamente possam vencer as eleições. Portanto, é uma questão fundamental para a ampliação da democracia no nosso País e para a participação de todos.

Também, companheiros, nós achamos que devem permanecer as coligações proporcionais, porque as coligações permitem, respaldadas pela Constituição, uma ampliação maior do leque de alianças, fortalecem inclusive os pequenos partidos e são uma forma de ampliar a democracia — nem todo o mundo é obrigado a fazer —, respaldadas, repito, pela Constituição.

Meu tempo está terminado, mas as companheiras vão se pronunciar, e acho que este debate continuará, porque há muita coisa ainda a ser esclarecida e a ser falada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito bem.

Tem a palavra a Sra. Luzenira Linhares, do Coletivo Estadual de Mulheres da CUT.

A SRA. LUZENIRA LINHARES - Bom dia a todos e todas.

Não podemos nem cumprimentar para não perder tempo, mas quero cumprimentar a Mesa, na pessoa da Deputada Luiza Erundina, e a todos os presentes — e também dizer que, quando apitar aí, já pode renovar um pouquinho.

Quero dizer da alegria de nós podermos, neste momento, no País — e isso faz parte dos avanços a que estamos assistindo —, na qualidade de representantes de um segmento importante da sociedade, que são as trabalhadoras e os trabalhadores organizados nos sindicatos, embora seja uma militante também filiada a um partido político, comungar com todas as idéias que já foram externadas aqui. Quero dizer também da satisfação de escutar de todos os Parlamentares, pelo que entendemos, que convergimos em alguns itens.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Quero pedir silêncio ao Plenário, porque há uma oradora na tribuna. Por favor.

A SRA. LUZENIRA LINHARES - Então, venho dizer que é muito importante este espaço no sentido da democratização, mas, de fato, nós não defendemos apenas o acesso aos espaços, mas condições efetivas para participarmos da política.

Embora algumas ações afirmativas, como a questão das cotas, sirvam para ampliar a participação e até para denunciar a discriminação e a dificuldade de estarmos principalmente no Parlamento, como já foi dito aqui, queremos participar de fato com todas as condições.

Quero dizer também que comungamos com a questão de não ser apenas uma transformação do sistema partidário.

Reafirmo que o financiamento público é a forma mais democrática e transparente, e também defendo a lista — não posso deixar de reforçar o que as companheiras disseram — fechada com alternância de sexo, porque isso é o que vai de fato garantir a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito bem.

Com a palavra o Vereador Bruno Farias, pelo prazo regimental de 2 minutos.

Depois, vamos ouvir o Secretário da Casa Civil, Dr. Walter Aguiar, que aqui representa o Governador da Paraíba, Ricardo Coutinho.

O SR. BRUNO FARIAS - Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados aqui presentes, caríssimos membros da Mesa, gostaria de saudar a todos, na pessoa do Vereador Bosquinho, que teve a iniciativa de tornar a nossa cidade palco de um debate que está presente na agenda política do País, e saudar as mulheres, que comparecem em número bastante significativo, não ainda o ideal, mas significativo, na pessoa da Deputada Luiza Erundina — paraibana que orgulha o nosso povo, representando o Estado de São Paulo na Câmara dos Deputados —, e das queridas companheiras Paula Frassinete e Sandra Marrocos, guerreiras na luta dos direitos de igualdade para todos os gêneros.

Mas, Sr. Presidente, eu estava vindo para cá e fazendo uma reflexão acerca da necessidade e da urgência da reforma política. O Vereador Bosquinho, em sua fala, comentava a falta de crença de muitas pessoas em relação a esse tema, mas, a despeito dessa falta de crença, é preciso perseverança.

Eu sou da geração, como diria Renato Russo, Coca-Cola, a geração da década de 80 para cá, de um período que se convenciona chamar de Nova República. E, a despeito de vivermos numa Nova República, de não termos vivido os períodos de repressão, de força e de arbítrio que existiram no País entre 1964 e o início da década de 80... Vivemos uma época de estabilidade política, mas, apesar dessa estabilidade política, nunca houve, durante esse período de 1982 até hoje, uniformização do processo eleitoral.

Em 1982, havia o voto vinculado, votando-se no mesmo partido, de Governador a Vereador, e ainda sob a égide da Lei Armando Falcão. Em 1985, eleição para Prefeitos apenas nas Capitais. Em 1986, o povo é chamado, e, aí, o voto vinculado de 1982 já não vale em 1986. Em 1988, eleições para Prefeito, não se respeitando o § 7º do art. 14 da Constituição, que fala sobre inelegibilidade, em virtude de um artigo dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias. Em 1990, a primeira eleição para Governador com possibilidade de segundo turno. Em 1994, segundo turno com pensamento diferente do de 1990, porque não se computaram mais votos nulos e brancos. Em 1998, primeira eleição com possibilidade de reeleição, e o instituto da verticalização. Em 2002, repete-se 1998. Mas nas eleições de Prefeito de 2000 e 2004, a verticalização imposta nas eleições estaduais já não são impostas nas eleições municipais Em 2006, nós abandonamos a verticalização utilizada em 1998 e em 2002, e, nas eleições de 2008, a que eu disputei, por meio da Justiça Eleitoral foi diminuída a representação nas Câmaras Municipais.

Portanto, se nós visualizarmos rapidamente o quadro de todas as eleições de 1982 até a última, em que houve a dúvida quanto à vigência da Lei da Ficha Limpa, veremos que houve modificação. E esse é um sinal muito claro, muitíssimo claro de que a reforma política é uma necessidade para ontem, e, se a classe política, em virtude de interesses que lhe ferem, não conseguir imediatamente fazer alguma reforma, que se estabeleça um prazo de vacância da lei mínimo, porque a sociedade brasileira não pode mais ficar refém da sub-representação política.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Concedo a palavra ao Exmo. Sr. Secretário da Casa Civil, Dr. Walter Aguiar, representando o Governo da Paraíba.

O SR. WALTER AGUIAR - Para não perder tempo, falarei daqui mesmo.

Saúdo a Mesa, na pessoa da minha querida Prefeita Luiza Erundina, de quem fui auxiliar na Prefeitura de São Paulo, e saudar a Comissão que aqui se faz presente, dando uma demonstração de que o País mudou, de que hoje ouvir a sociedade é fundamental para se construir novos acordos, novos contratos sociais — e é necessário não só, eu acredito, mexer com a reforma política.

Eu acho que o nosso País precisa de algumas reformas. Ele precisa mexer com a reforma política, com a questão da terra, porque continua com uma dívida social muito forte com a terra, e mexer com a questão do financiamento. Ou seja, o País tem uma diversidade social que exige fazer com que as pessoas, como a Luiza Erundina costumava dizer em São Paulo, não sejam obrigadas a ir para São Paulo por sofrerem perseguição política no Estado em que nasceram.

Acho que esta é uma questão central de qualquer reforma: a questão da participação popular, não nos momentos de eleições, que, inclusive, são fundamentais para o nosso País. Eu não sou daqueles que defendem a unificação, porque acho que o processo eleitoral é um processo muito rico para a sociedade brasileira discutir o seu futuro. Então, o processo de eleição é importante para a sociedade parar, refletir, discutir projetos.

Na realidade, eu acho que a participação da população é fundamental não apenas nas discussões, ela é fundamental nas instâncias, na Câmara dos Deputados, na Câmara dos Vereadores. Ou seja, é importante a política se abrir à participação da população, é fundamental que essa população tenha a necessidade de expressar seus projetos e suas opiniões. Nesse sentido, acho que uma reforma política tem de, basicamente, ter como horizonte, antes de qualquer coisa, a questão da participação popular no processo de formação das suas políticas públicas.

É nesse sentido, acho, que recebemos esta Comissão no Estado da Paraíba, em nome do Governador Ricardo Coutinho, e damos as boas-vindas, prometendo, inclusive, fazer com que o Governo de Estado se empenhe no processo de

ampliação da discussão dessa de outras reformas que a Câmara dos Deputados vier a fazer. Que o Estado da Paraíba assim proceda.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Muito grato.

Concedo a palavra ao Sr. João Ricardo Coelho, membro da Comissão Especial da Reforma Política, do Conselho Federal da OAB.

O SR. JOÃO RICARDO COELHO - O Conselho Federal da Ordem dos Advogados encaminhou recentemente, para a Presidência da Câmara dos Deputados, uma proposta inicial acerca da chamada reforma política, reforma esta que já está tomando corpo na discussão, não só do Parlamento federal, mas também dos Parlamentos estaduais e municipais.

Vejo o apoio da Câmara de Vereadores de João Pessoa numa iniciativa extremamente positiva em termos de democratização do processo de discussão. Parabenizo o Vereador Bosquinho por essa iniciativa.

O Conselho Federal, inicialmente, se manifestou pela extinção da figura do Senador Suplente e também pela manutenção do tema relativo à fidelidade partidária nos moldes que está estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Tribunal Superior Eleitoral.

O posicionamento do Conselho Federal é de não abrir janela para eventual troca de partidos antes das eleições. Achamos que a fidelidade partidária, como está posta pelo Judiciário é o modelo ideal.

Ouvi aqui no plenário apresentações e debates acerca da chamada fidelidade partidária e da lista fechada, que são temas importantíssimos. Agora, não há como falar isoladamente em fidelidade partidária sem abrirmos a caixa-preta dos partidos políticos. Sem a democratização desses partidos políticos, não há que se ampliar a discussão acerca de financiamento público de campanhas e de toda essa situação.

A democratização da vida interna partidária tem de ter o mesmo grau de discussão que o financiamento público de campanha e as chamadas listas fechadas. Nenhum desses temas, isoladamente, vão representar um *plus*, um algo mais de que precisamos na democracia brasileira.

Outro ponto que entendo essencial, e o Conselho Federal também, é a valorização da democracia participativa dos movimentos sociais, do movimento de

combate à corrupção eleitoral, dos projetos de iniciativa popular e também do chamado referendo e plebiscito para a discussão da chamada reforma política. Sem isso, não vamos ter uma reforma política factível, concreta e justa para a imensa maioria do povo brasileiro.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Quero aproveitar para passar a palavra a um outro representante da OAB, membro da Comissão da Reforma Eleitoral, que é o advogado Johnson Abrantes.

O SR. JOHNSON ABRANTES - Bom dia a todos.

Expresso meus cumprimentos formais em razão do direito de todos participarem do debate aqui da Comissão.

Gostaria de me dirigir à Comissão para levantar dois questionamentos. Em primeiro lugar, a inclusão na reforma eleitoral do princípio previsto na legislação penal de que ninguém poderá ser considerado culpado, senão após a sentença condenatória transitada em julgado. Ou seja, levar para o amplo do direito eleitoral esse princípio.

E o segundo aspecto é no sentido de se acabar — de uma vez por todas, Sr. Presidente, V.Exa. que é jurista — da ideia de o Poder Judiciário legislar em nome da Câmara dos Deputados e do Senado da República. O Poder Judiciário foi criado para fiscalizar e aplicar a lei, e o Congresso Nacional foi criado justamente para adotar as medidas para a criação da lei.

Vamos evitar, paraibanos, um grande erro judiciário que se estabeleceu no passado: um erro judiciário contra o Senador Humberto Lucena, cuja fotografia está ali e que foi cassado injustamente através de um erro judiciário. A Câmara dos Deputados e o Senado da República não podem permitir que erros judiciários sejam cometidos contra o cidadão brasileiro e contra a classe política.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Concedo a palavra ao nobre Vereador Geraldo Amorim.

Peço à Sra. Malu Oliveira, da Articulação de Mulheres Brasileiras, que vá se aproximando para fazer uso da palavra.

O SR. GERALDO AMORIM - Muito bom dia a todos e a todas.

Quero cumprimentar o Deputado Almeida Lima e, em seu nome, saudar toda a Mesa. Quero fazer uma saudação especial à Deputada Luiza Erundina — eu me sinto representado no Congresso Nacional por V.Exa. Mesmo V.Exa. estando em São Paulo, o que define a representação, para mim, é a postura do político, a dignidade do político. Por isso, mesmo estando S.Exa. lá em São Paulo, eu me sinto representado, Deputada Luiza Erundina. *(Palmas.)*

Quero solicitar o empenho máximo dos Deputados Federais aqui presentes, o Deputado Efraim Filho, que faz parte desta Comissão, para fazer o possível e o impossível para que essa reforma política saia.

A sociedade não aguenta mais. Ouvimos nas ruas as pessoas dizerem: *"Eu não voto mais. Eu vou rasgar meu título. Eu não vou mais perder meu tempo".*

Eu desafio qualquer Vereador, qualquer Deputado Estadual ou Federal a tomar um ônibus ou metrô, em qualquer lugar, e lá dizer: *"Eu sou Deputado Federal, do que vocês estão precisando?"*, ou, em qualquer cidade do País, ir a um hospital e dizer: *"Eu sou Vereador, do que estão precisando aqui?".*

A classe política está desacreditada. Chegamos ao fundo do poço. E por que chegamos aí? Porque as pessoas que se elegem para nos representar são eleitas pelo poder econômico e não têm nenhum compromisso com o interesse coletivo.

Eu já disse desta tribuna que, se não houver uma reforma política, encerro a minha carreira, porque o jogo é muito desigual. Se os senhores soubessem quanto gasta um Deputado Federal ou Estadual para se eleger... Não temos o cálculo dessa quantia, Deputado Almeida Lima, mas a soma é absurda. As pessoas sérias, que têm vontade de trabalhar pelo povo, não têm como se eleger.

Antes de concluir, quero tocar em um assunto — há tanta coisa na nossa cabeça —, para os senhores levarem ao Congresso, a respeito dessa questão que o Dr. João Ricardo mencionou. Como se pode pertencer a um partido cujo Vice-Presidente é a esposa do Presidente do partido e cujo tesoureiro é o seu cunhado? *(Palmas.)* Não pode acontecer isso!

Não há como pensar em reforma política sem mexer na questão intrapartidária. Peço atenção especial a isso.

Deputado, um Presidente de partido não pode exercer cargo público, para não ficar negociando o partido. *(Palmas.)* Se é Presidente aqui, leva o partido a uma

coligação e ganha uma Secretaria imediatamente. Não pode! Aquele que se torna Presidente de partido não pode exercer função pública! *(Palmas.)*

Que fique registrada esta minha sugestão.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra a Sra. Malu Oliveira. Logo a seguir, a Vereadora Sandra Marrocos — aproxime-se, por gentileza — e, abrindo uma exceção, em terceiro lugar, por necessidade, a Sra. Valdênia Paulino, do Conselho de Direitos Humanos da Paraíba. Aproximem-se, por gentileza.

A SRA. MALU OLIVEIRA - Primeiramente, gostaria de cumprimentar as autoridades presentes à mesa e todas as pessoas presentes na plenária.

Para ocuparmos este espaço hoje, houve uma briga. Com isso, quero dizer como nós, mulheres, ainda temos de brigar para ocupar nosso espaço, usar nossa voz e nosso poder em diversos segmentos, em diversos espaços da sociedade. Quero começar meu protesto por aí.

Reafirmo, na condição de mulher e de representante dos movimentos sociais, da Cunhã, da AMB e do fórum, que qualquer reforma no sistema que não considere as desigualdades não será uma verdadeira reforma. Por isso, reforço a importância de que, nesta discussão sobre a reforma política, sobre o sistema político, de fato, seja defendida e garantida a lista fechada, com alternância de sexo e, ao lado disso, o financiamento público de campanha.

Historicamente, nós, mulheres, sempre lutamos para ocupar o poder nas esferas representativa e participativa da sociedade brasileira. Não é à toa que estamos hoje aqui tão bem representadas. Embora sejamos poucas, somos bem representadas, porque falamos aqui em nome de segmentos sociais que lutam justamente para que a igualdade e a democracia no Brasil de fato se efetivem.

Nesse sentido, eu gostaria de aproveitar para reforçar a importância da lista fechada, com alternância de sexo, para justamente garantir as sub-representações dos movimentos sociais da sociedade civil nesses espaços.

As propostas do movimento, as plataformas, são: fortalecimento da democracia direta; democratização do poder, através dos referendos, dos plebiscitos e da simplificação dos mecanismos; convocação de plebiscito e referendos por

iniciativa do Parlamento — papel que a Assembleia vem desempenhando —, a fim de que o povo possa ocupar esse espaço de participação na sociedade, nesse processo de discussão da reforma política.

Uma outra coisa que quero acrescentar é que, na democratização e no fortalecimento dos partidos políticos, sem que os partidos promovam a paridade entre mulheres e homens, não avançaremos. Então, precisamos avançar nisso para justamente fortalecer a democratização dentro dos partidos.

Acrescento que, em relação à reforma do sistema eleitoral, estamos ainda enfatizando que esta discussão da reforma política tem de ir além da reforma eleitoral. É preciso pensar justamente na reforma do Judiciário, na reforma da informação e da comunicação. Eles são elementos superimportantes para que possamos, juntos, fazer uma transformação por dentro, não só uma transformação de forma isolada.

Gostaria de concluir minha fala justamente dizendo que é importante que nós, mulheres, cada vez mais possamos ocupar este espaço e que os partidos, dentro desta reforma, venham de fato a garantir os 5% para as mulheres, para elas poderem efetivar suas candidaturas de forma igual à dos homens no processo eleitoral.

Quero só agradecer e dizer o quanto é importante que nós, mulheres, possamos ser ouvidas nesta sociedade e neste processo de discussão da reforma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Vereadora Sandra Marrocos.

Quero informar ao Plenário que todas as falas estão sendo apanhadas pela Taquigrafia e também gravadas, para que sejam levados os pronunciamentos e as opiniões ao Relator e a toda a Comissão como forma de contribuição da Paraíba a este processo de definição de uma proposta de reforma política para o País.

A SRA. MARIA SANDRA PEREIRA DE MARROCOS - Inicialmente, bom dia a todas e a todos.

Quero parabenizar o Vereador Bosquinho pela iniciativa e também o Deputado Efraim Filho e dizer, Deputada Luiza Erundina, que é uma honra, primeiro, militar no mesmo partido que o seu e, segundo, ter uma paraibana que conseguiu e que consegue quebrar barreiras e se colocar muito bem. Espero que a próxima

movimentação aqui seja a de entrega do Título de Cidadã Pessoense, que estamos organizando com muito carinho, para V.Exa.

É muito bom e é muito desafiante ver essa quantidade de mulheres aqui — e não são quaisquer mulheres que estão aqui, Presidente Almeida Lima, são mulheres que, no seu cotidiano, que na sua história, discutem a sociedade e discutem o tipo de sociedade que desejamos.

Antes de fazer qualquer leitura, quero trazer presente, primeiro, Socorro Borges, essa multiculturalidade, assim falando, do nosso País. Aqui, na Paraíba e no Nordeste, no País como um todo, mas no Nordeste de forma muito presente, há um patriarcado que ainda é muito forte. Temos um coronelismo que ainda é muito forte. E precisamos pensar dos grandes centros para os pequenos centros, e a minha fala e a minha construção sempre vão nesta perspectiva.

Eu sou feminista, eu sou mulher e estou Vereadora nesta cidade e Secretária Estadual de Mulheres do PSB, do partido em que milito. Para mim, a reforma tem de ser ampla, tem de ser democrática, tem de ser participativa, onde consigamos não só mudar o sistema político, companheira Paula Frassinete, mas que consigamos fazer uma discussão dos meios de comunicação que terminam sendo um poder nesta sociedade, um poder muito forte.

Precisamos fazer uma reforma no Judiciário também e um processo de discussão muito forte. Como eu tenho pouco tempo, e as companheiras que me antecederam já contemplaram muito do que eu ia dizer, quero reafirmar que rejeitamos o voto distrital em qualquer uma das suas modalidades. Gostaria de afirmar a lista fechada com alternância de sexo por todas as razões já expostas.

Gostaria de dizer que candidaturas como a que representei e que espero que venham muitas agora em 2012, minha companheirinha Paula Frassinete, tenham financiamento público de campanha porque senão se tornará cada vez mais difícil mudar a cara do Parlamento e trazer o LGBT, trazer os negros, trazer as negras e trazer toda essa cultura que se tem presente. Quero dizer que a fidelidade não tem de ser só partidária, mas também programática.

Eu fiz parte de dois partidos na minha vida: do PT e, hoje, do PSB. Foram os programas que me levaram a esses partidos. A meu ver, nós temos de avaliar. É desafiante, porque o que nós conseguimos avançar na reforma política foi na

questão da fidelidade partidária. E não venham querer colocar panos gelados ou quentes, ou seja o que for, aqui não, porque nós vimos muita gente saindo de partido sem perder o mandato. Nós tivemos esse problema aqui na Paraíba com o nosso partido, com o Partido Socialista Brasileiro. Nós tínhamos uma candidatura a Governo do Estado em cima de um programa, mas muita gente saiu e saiu fazendo um discurso que não era o da reforma política. E eu gostaria que eles fossem expulsos, sim, do nosso partido, e que eles perdessem o mandato, sim, para entenderem que as instituições que agregam e discutem, companheiro Presidente do meu partido, Ronaldo Barbosa, estão acima de pessoas, estão acima de cacifes.

Nós queremos um mundo com justiça social, com equidade de gênero e com muita democracia!

Muito obrigada. Foi um prazer imenso. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu quero convidar também o Vereador Fernando Milanez para ser o orador seguinte à fala da Sra. Valdênia Paulino.

A SRA. VALDÊNIA PAULINO - Boa tarde a todos e a todas, ao colega João Eduardo, professor comigo em outros lugares.

Deputada Luiza Erundina, um abraço. Eu venho de Sapopemba, Zona Leste de São Paulo, e posso dizer que, falando das periferias, a sua foi a melhor gestão que tivemos naquela cidade. Então, o meu muito obrigada em nome de Sapopemba. Agora estou aqui, paraibana. *(Palmas.)*

Quero dizer que a nossa preocupação é sobre como se dará a votação dessa reforma, uma vez que, seja na Câmara, seja no Congresso, a maioria dos representantes ainda é representante da oligarquia brasileira e não do povo brasileiro. *(Palmas.)*

A segunda preocupação é sobre como vamos fazer uma reforma democrática se o povo sequer conhece o *modus operandi* do atual modelo. Nós solicitamos que, nesse processo, haja dinheiro público para investir numa educação de massa, para explicar como é que funciona e o que nós pretendemos. Caso contrário, não vai haver realmente participação popular nesse processo.

Quero reforçar a questão do financiamento público como mecanismo de controle efetivo e correção imediata para não se criar processos longos. E a pessoa, primeiro, cumprir para, depois, sair do mandato.

E, por fim, quero reforçar também a questão da lista fechada com alternância de sexo. E, dentro da reforma, como dizia o Sr. Walter Aguiar, nós precisamos de várias reformas, inclusive a de salário, porque enquanto aquele que tem poder de decisão ganhar 25 vezes mais do que o trabalhador comum, que ganha um salário mínimo, não haverá equidade social.

Nos países da Europa, um Deputado não ganha nessa desproporcionalidade. Um juiz ou um promotor de Justiça não ganham nessa desproporcionalidade. Enquanto aquele que estiver decidindo não receber um salário parecido com o do povo, com toda a diferença que nós sabemos que é preciso haver, não vamos ter realmente uma democracia. Não vai entender o que é viver de salário mínimo no País.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Diante da crescente lista de oradores inscritos, apesar da flexibilidade que a Presidência sempre usa, solicito das senhoras e dos senhores uma observância mais restrita em relação ao tempo, para darmos oportunidade a todos de se manifestarem.

Com a palavra o Vereador Fernando Milanez.

O SR. FERNANDO MILANEZ - Exmo. Deputado Federal Almeida Lima; Vereadores Bosquinho e Benilton Lucena; Secretário da Casa Civil, Dr. Walter Aguiar; Deputada Luiza Erundina, por meio de quem saúdo todas as mulheres aqui presentes — e eu acho que na cabeça de V.Exa. passa, neste momento, a grandiosidade da sua carreira para chegar onde chegou e hoje ver esse projeto ser uma realidade palpável.

As mulheres hoje têm voto e têm vez. E a senhora saiu da pequena Uiraúna para conquistar o Brasil. Parabéns a V.Exa.! É uma alegria muito grande vê-la novamente em nossa Casa!

Parabenizo o Deputado Efraim Filho por trazer a João Pessoa, ao Estado da Paraíba, esta tão importante Comissão que dará, eu acredito, um passo decisivo para nós, políticos, continuarmos vivos ou não.

Saúdo com muita alegria o Deputado Branco Mendes, o Dr. João Ricardo Coelho, pela sua luta em busca da ética, da postura e da compostura, que são ingredientes que precisam voltar com muita força à democracia do nosso País, e também a Sra. Cristina Lima.

A minha passagem aqui, Exmo. Sr. Deputado, é apenas para registrar a satisfação e a alegria de nós termos uma realidade de que não adianta fugirmos ou tangenciarmos. Há necessidade de uma reforma política que tenha também, permita-me Deputado Almeida Lima e seus companheiros que aqui se encontram, uma combinação com a sociedade, porque o retrato de uma classe política é o retrato da sociedade, tendo em vista que quem nos elege é a sociedade. E ela tem sido vitimada ao longo do tempo por vícios, por mentiras, por falsas promessas, por sonhos construídos e destruídos numa velocidade enorme, basta acabar a eleição.

Também o problema cultural, aquilo que é vendido, aquilo que é passado à sociedade, deve fazer parte, Deputado, do estudo profundo desta Comissão.

Agradeço aos senhores pela vinda e pelo prestígio que deram à nossa Capital, que está precisando mesmo de uma pauta positiva.

Parabéns, Vereador Bosquinho! Parabéns, Deputado Federal Efraim Filho! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Exa. as palavras.

Com a palavra a Sra. Socorro Borges, da Rede Nacional Feminista de Saúde. Aproxime-se também, por gentileza, Irmão Aloísio. E, em terceiro, Vereador Jorge Camilo. Nessa ordem, por gentileza.

A SRA. SOCORRO BORGES - Boa tarde a todos da Mesa.

Saúdo a companheira Erundina, essa mulher extraordinária que tem dado uma contribuição fundamental para pensar o Estado brasileiro e a democracia neste País. Cumprimento os companheiros e companheiras, as mulheres e todos aqui em nome da companheira Cristina, que veio expor aqui nesta audiência as nossas proposições.

Como temos pouco tempo, quero pontuar três questões. Peço ao Deputado Almeida Lima, Presidente da Comissão, que nos informe como será a feitura desse relatório. Nós queremos previamente conhecer e acompanhar esse relatório, porque

nós sabemos da sua importância e de todos os relatórios das audiências para chegarem à Câmara e estarem lá as nossas falas. E nós sabemos que é lá que nós vamos ter um relatório final para ser votado. Esta é a primeira questão.

Segunda: nós queremos discutir os instrumentos que estão sendo pensados para discutir a reforma política, porque nós queremos discutir uma reforma política que pode ter impacto na sociedade brasileira e neste Estado por 20 anos. Nós sabemos que ela não se esgota apenas com uma lista com alternância de sexo. Nós vamos reforçar que ela tem uma incidência na concepção de relação de poder e de quem decide, ou seja, de quem ocupa os espaços de decisão no País.

Então, a nossa proposta é no sentido de que os instrumentos de discussão dessa reforma política, muito embora esta audiência seja fundamental — e é importante essa estratégia — não se esgotem, porque há um limite.

Nós soubemos da audiência de última hora. Está aqui o movimento social de mulheres organizadas, mas deveriam estar presentes também outros segmentos da sociedade, até para não ficar uma distância muito grande entre a intenção e o gesto, uma distância muito grande dos eleitores, do povo, que os Vereadores e os Deputados citaram tanto.

Fazendo coro com a Cristina, nós queremos as listas preordenadas de candidatura, a adoção da lista fechada, com alternância de sexo e observância de critérios étnicos, raciais e geracionais. Porque nós não podemos ficar lá no final da lista. Nós queremos alterar a composição do Legislativo neste País, também a do Executivo, e discutir a do Judiciário. Mas nós também queremos financiamento democrático e transparente de campanha. Nós entendemos que financiamento de campanha neste País já é feito com dinheiro público, só não há controle social. A população não sabe, não acompanha, não fiscaliza e não pune. Nós sabemos que as campanhas também são feias com dinheiro público, o que gera toda essa corrupção. Portanto, queremos financiamento democrático e transparente de campanha.

Acho que não podemos abrir mão dessas duas questões, e temos também de construir a possibilidade de alterar a composição do poder, porque não podemos continuar tendo neste País espaço de poder branco, masculino, da elite e heterossexual. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Tem a palavra o irmão Aluízio.

O SR. ALUÍZIO - Eu saúdo as senhoras e os senhores com um bom-dia. Minha saudação à Luiza Erundina e aos demais Deputados.

Eu não poderia deixar passar esta oportunidade de expor a minha posição e de dizer que nós, nordestinos paraibanos, estamos honrados com a presença de vocês.

As políticas estão sendo financiadas com o dinheiro dos empresários, e no nosso Estado os empresários, chega um certo ponto e tempo, dizem que faliram e vão embora, negando direitos rescisórios aos trabalhadores, muitos perto de se aposentar, pessoas que deram a sua vida, que deixaram a sua contribuição, e agora ficam ao deus-dará. É preciso, sim, uma reforma já, para ontem.

Eu deixo a minha indignação, a indignação de todo cidadão da Paraíba, e peço aos nossos Deputados do Congresso Nacional que procurem se unir, para que haja verdadeiramente um crescimento e o nosso Estado não venha a ser esquecido, como vem sendo.

Agradeço aos demais ouvintes. O tempo é pouco, e eu não quero usar a tribuna para desabafar. Eu venho sofrendo um assédio moral por parte dos empresários, como tenho denunciado na DRT. Também tenho procurado o Ministério Público.

Esse é o retrato, e eu não quero achar culpado, nem procurar um bode expiatório. O povo, do qual emana o poder, vai saber dar a resposta, porque o povo espera das autoridades a quem foi outorgado o poder de defendê-lo que o façam de fato.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Tem a palavra o Vereador Jorge Camilo.

O SR. JORGE CAMILO - Sr. Presidente Deputado Almeida Lima e Sra. Deputada Luiza Erundina, nas pessoas de quem saúdo a Mesa; Sr. Presidente do Diretório Municipal do nosso partido, companheiro Antonio Barbosa, e companheira militante Sônia Lima, nas pessoas de quem saúdo os demais presentes a esta Casa.

A verdadeira igualdade consiste em aquinhoar desigualmente seres desiguais. Ruy Barbosa disse isso uma vez. É claro que esse pensamento vem se lapidando no tempo, mas nós estamos diante da sua aplicação.

Esta reforma política, antes de ser totalmente a reforma do nosso aparelho político, é também uma reforma eleitoral e deveria, Deputado, não sei se cabe o registro, ser uma reforma partidária. Há pouco falamos sobre algumas dificuldades em implementarmos a lista fechada. Ora, se é verdade que os partidos têm dificuldades em democratizar a ação pública, a participação da sociedade, então é verdade que devemos reformar também os equipamentos partidários.

O meu partido, o Partido dos Trabalhadores, Deputado Almeida, faz eleições diretas para os membros dirigentes. O meu partido não permite que membros dirigentes da instância ocupem cargos no Executivo. O Partido dos Trabalhadores, e das trabalhadoras, minha cara companheira Socorro Brito, garante minimamente a cota e o espaço para a participação das mulheres — ainda não é o ideal, mas faz esse exercício.

Por isso, o Partido dos Trabalhadores está comemorando uma pesquisa feita recentemente que o coloca como o melhor partido do Brasil na opinião do povo brasileiro.

É importante que façamos essa reflexão, porque uma coisa sempre vai puxar a outra. O Dr. João Ricardo há pouco falou que, se não houver melhoria no mecanismo da democracia participativa, pouca coisa pode mudar. Nesta Casa tramita projeto de lei de nossa autoria que estabelece o plebiscito e o referendo na cidade de João Pessoa. A Deputada Erundina, quando participou da Comissão de Legislação Participativa como Presidente, acompanhou, fez o debate nacional, e nós ecoamos esse debate na cidade de João Pessoa. Acho que esses espaços de participação são muito importantes.

Para finalizar, Deputado Almeida e demais membros, quero parabenizar pela posição o Deputado Alceu Moreira, do PMDB do Rio Grande do Sul, que, como membro do PMDB, chama-nos a discutir a importância de estabelecermos outros mecanismos. A lista fechada com alternância de sexo é o melhor caminho hoje, mas é preciso que coloquemos o reordenamento a partir do processo eleitoral, porque é

no processo eleitoral que muita daquilo que representa a sociedade pode ser trazida para nossos espaços.

Portanto, esta é a nossa contribuição. Somos peremptoriamente contra uma expressão que não foi dita aqui e que agora vamos dizer, o "distritão", que será um desserviço ao povo brasileiro. *(Palmas.)*

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Chamo o Sr. Edmilson do Róger. A seguir, Lauberto de Castro e o Vereador Bira.

Solicito que tenham muita atenção com o tempo diante do adiantado da hora e da necessidade de outros se manifestarem.

O SR. EDMILSON DO RÓGER - Boa tarde a todos.

Tenho uma observação técnica com relação ao Código Eleitoral. Sei que me faltaria tempo para falar o que tenho a dizer, mas sou a favor que acabem com a atual ditadura no atual Código Eleitoral brasileiro não com outra ditadura. Com relação às coligações, às mulheres estão assegurados 30% no atual Código Eleitoral. Se não houver esse número de mulheres, os homens não podem preencher. Não vamos impor outra ditadura com mais 50% *(manifestação nas galerias)* para que as mulheres tenham esses 50%, que tenham 60%, que tenham 70% ou 80%, como atualmente no Código Eleitoral, até 100%, mas se não tiver número de mulheres suficiente para preencher a coligação, que essas coligações sejam preenchidas com homens. *(Apupos.)* Agora, se tiver 50% de mulheres, que sejam preenchidas com mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Sr. Edmilson, por gentileza, só um segundo. Peço ao Plenário que o Sr. Edmilson Do Róger tenha o mesmo direito de expor o seu pensamento, e para isso ele precisa de silêncio. O debate é a discordância, é a dialética, e é preciso que todos tenham o direito de dizer o que pensam.

O SR. EDMILSON DO RÓGER - Quem está me vaiando não estudou para isso. Eu estudei o Código Eleitoral brasileiro. Por isso digo que realmente existe de fato e de direito. O que acontece é o que já falei: existem as coligações, e as mulheres têm assegurados 30%, que não são preenchidos. Como não são preenchidos, a coligação fica prejudicada.

Eu sou favor de as mulheres terem, como é hoje, até 50% ou 60% — já têm esse direito. Agora, os homens serem prejudicados, a coligação ser prejudicada, quando não se alcança esse percentual de 30% para mulheres ou deficientes, acho uma injustiça muito grande. Que as mulheres tenham seus direitos assegurados, como já os têm. Elas estão pedindo algo que já têm de direito.

Outro ponto, Sr. Presidente: sou a favor também de se questionar a lista fechada no partido. É uma faca de dois gumes. Infelizmente, aqui na Paraíba, existem no TRE 27 partidos registrados e existem também donos de partidos, pessoas que são donas de partidos, e essa lista fechada vai prejudicar as pessoas por quem o Presidente do partido não sentir simpatia. Pode ser até uma pessoa digna, com potencial, com capacidade, mas que vai ser prejudicada pela ditadura branca existente hoje nos partidos e vai continuar existindo.

Sou a favor, sim, do financiamento público de campanha, mas que o cidadão não sofra com essa imposição dos donos de partido, como já bem disse aqui o juiz: é preciso abrir a caixa-preta dos partidos. Na Paraíba, infelizmente, uma oligarquia tomou conta dos partidos, que fazem o que querem. O filiado não tem direito a expor suas ideias. Se houver uma discórdia em relação ao Presidente do partido, será afastado, não presta mais para nada.

Sou a favor, sim, da democracia, do financiamento público para os partidos, mas não da lista partidária que vai aumentar mais ainda a ditadura existente nos partidos.

Não pude falar tudo que gostaria. Se V.Exa. quiser ouvir tudo que eu tenho para dizer particularmente... Sou um cientista político e estudei para isso.

Obrigado, Sr. Presidente, pelo espaço. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço ao Sr. Edmilson do Róger.

Passarei a palavra ao Sr. Lauberto de Castro e, em seguida, ao Vereador Bira.

Queremos reafirmar que viemos aqui para ouvir e nós queremos ouvir. *(Pausa.)*

Fique à vontade.

A SRA. MARIA SANDRA PEREIRA DE MARROCOS - Eu gostaria que a caixa-preta não fosse mais colocada aí, porque é uma coisa que não faz bem. Use outra cor, use verde, as cores que quiser, mas caixa-preta, não. Por gentileza. Só isso. Nem vou discutir o que o Edmilson disse porque tenho que ouvir mesmo, ainda que não concorde com nada do que ele disse.

Então, por favor, caixa-preta, não! Não faz bem, traz presente uma coisa ruim, racista, preconceituosa. Por favor, é só um pedido.

O SR. LAUBERTO DE CASTRO - Exmos. Srs. Deputados Federais de São Paulo e do Rio Grande do Sul, Exma. Sra. Deputada Federal Luiza Erundina, venho aqui falar sobre reforma política.

Acredito que o assunto tenha sido diversificado, mas o tema deve ser continuado.

No Brasil, existe campanha política de dois em dois anos. E aqui para nós, sem ofensa à democracia, acredito que isso seja muito desgastante para o público em geral e até, dentro do meu parecer, antiecológico.

Meu desejo é que houvesse campanha de quatro em quatro anos, uma campanha única, considerando só o Executivo, para Presidente, Governadores e Prefeitos. Essa ideia já foi defendida pelo Deputado Efraim Morais, se não me engano — apenas a estou reforçando aqui.

Em segundo lugar, os partidos políticos deveriam fazer política pública e social, como, por exemplo, assistência médica e jurídica para o povo, porque isso ajudaria os demais setores da saúde, facilitando o acesso das pessoas. Muita gente não é atendida. Então, haveria essa ajuda por parte dos partidos políticos. Quem fosse filiado a qualquer partido teria direito à assistência médica e jurídica.

E o terceiro ponto seria a propaganda política exacerbada. Eu já falei que na política de 2 em 2 anos estaria implícito esse critério. Que houvesse menos barulho e fosse mais ecológico também.

Era o que eu queria dizer.

Muito obrigado e boa tarde. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Obrigado.

Vereador Bira.

O SR. UBIRATAN PEREIRA DE OLIVEIRA - Muito bom dia, Deputado Almeida Lima. Quero cumprimentar o Vereador Bosquinho e, em nome da Deputada Federal Luiza Erundina companheira e guerreira do povo brasileiro, socialista, todos os demais Parlamentares e pessoas presentes.

Primeiro, acho que há um tema importante, quando se fala em reforma política, que sempre vem à minha mente e quase nunca é debatido: o voto facultativo. Tenho compreensão há muito tempo de que não temos como mudar uma cultura política paternalista, assistencialista e arcaica sem mexer no principio do voto facultativo. Então, é fundamental que isso também se torne tema de debate, não somente na Comissão Especial como também em outros Parlamentos. É fundamental isso, porque avança na democratização e faz com que possamos combater determinados currais eleitorais, sobre os quais tanto falamos. Este instrumento do voto facultativo é o ideal para que isso possa acontecer.

Outro ponto que eu particularmente defendo é o fim da reeleição e o mandato de 5 anos. Esse ponto causa até alguma dificuldade no debate. Eu queria que a Comissão que está aqui presente observasse isso. Mesmo se nós não conseguirmos aprovar o fim da reeleição, que possamos acabar com a incoerência, não sei se política, jurídica ou moral, de vermos hoje qualquer Ministro, Secretário de Estado ou de Município, para se candidatar a algum cargo, passar pelo processo de desincompatibilização. Mas, quando se trata do Presidente, do Governador ou do Prefeito, isso não é respeitado. *(Palmas.)* Quem mais tem condição de utilizar a máquina pública não precisa se desincompatibilizar para disputar a reeleição.

Então, eu peço que, se realmente for mantida essa questão, que isso possa ser pautado, e que possamos concretizar esse processo de participação, de democratização da discussão em relação às audiências públicas, finalizando com um grande referendo popular. Que possamos submeter à população alguns dos temas mais polêmicos da reforma política.

O tema da lista fechada é polêmico. Eu particularmente acho que, como princípio, poderia ser adequado a alguns partidos. Mas, como norma, hoje os partidos políticos brasileiros não têm maturidade para adotar esse procedimento. Logicamente, eu acho que é preciso discutir com profundidade os critérios e como os partidos políticos... O Vereador Jorge Camilo foi muito feliz ao propor que os

partidos políticos devem também passar por uma profunda reforma. Vemos no geral um processo bastante mercenário, e nem sempre a proposta, nem sempre o programa, nem sempre a ideologia do partido político é levada em consideração, mas, sim, as conveniências políticas de um determinado momento.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito bem.

Nós vamos encerrar as inscrições neste momento, porque precisamos ouvirmos ainda alguns Parlamentares, tais como a Deputada Luiza Erundina, que deve ter muito o que dizer da sua terra e da longa experiência que tem, além dos demais Parlamentares, que vão fazer uma análise do que foi ouvido.

Portanto, imediatamente, chamo o próximo inscrito para falar dentro do prazo regimental, Américo Cabral, suplente de Deputado Estadual.

O SR. AMÉRICO CABRAL - Prometo ser o mais breve possível.

Quero parabenizar o Bosquinho pela iniciativa e agradecer o convite feito. Sem esse convite, eu não saberia desta reunião tão importante.

O meu sentir, como ele falou, é que esta é uma forma também pedagógica. Eu queria que a Comissão me explicasse algo com relação ao voto obrigatório. Esta é uma questão muito importante no Brasil. Em outros países não há o voto obrigatório, mas as pessoas têm uma participação muito maior na sociedade. Então, eu queria que me respondessem, como já há esse fator pedagógico, como é a condução do voto obrigatório. Eu também pediria uma explicação melhor sobre o voto fechado.

Muito obrigado pelo convite. Agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Obrigado, Américo Cabral.

Com a palavra o Ronaldo Barbosa, Secretário-Adjunto da Reforma Política e Presidente do partido. Não é isso?

O SR. RONALDO BARBOSA - Exerço função política na Prefeitura e sou Presidente do PSB em João Pessoa.

Sr. Presidente, vou tentar ser bastante objetivo nesse aspecto. A primeira questão, que me parece que não foi comentada aqui, é sobre a revogabilidade dos mandatos. Essa é uma questão histórica para nós! O que o povo sempre está reclamando: *"Eu votei em fulano, ele prometeu fazer isso e não fez!"* Isso me parece

estar relacionado à fidelidade partidária. E não é só isso, está relacionado à participação popular, a colocar na hora em que quiser alguém no Parlamento, mas tirar na hora em que essa pessoa não atender a seus interesses. Então, essa me parece uma questão fundamental.

A segunda questão é que em algumas discussões feitas na Comissão, pelo menos numa parte considerável, está o fim dos chamados partidos pequenos. Os argumentos são de, na sua grande maioria, eles são fisiológicos. Enfim, esse argumento me parece que acaba sufocando a questão primordial, que é a questão mais clássica da esquerda, a sobrevivência dos partidos pequenos. Ora, querer acabar com os partidos, em nome de que, pelo menos, na sua maioria, são fisiológicos está errado! A própria Comissão poderia criar mecanismo para evitar isso.

Por último, uma questão que considero fundamental. Vejam bem, no nosso programa de reforma política do PSB, temos a chamada candidatura avulsa. Se há descrédito das pessoas em relação a partido, também há pessoas que, embora saibam da importância de um partido, não veem nele o único caminho de chegar ao Parlamentar. Então, eu gostaria de saber da Comissão se tem discutido essa questão das candidaturas avulsas e como isso avança.

Faço um convite: nos dias 17 e 18, o PSB vai fazer o seu encontro aqui em João Pessoa; no dia 17, vamos fazer um debate sobre a reforma política. Para esse debate, desde já, sintam-se todos convidados.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Obrigado.

Com a palavra a professora e ex-Vereadora desta Casa, Paula Frassinete, ambientalista e com trajetória de luta nesta cidade, neste Estado.

A SRA. PAULA FRASSINETE - Muito obrigada, caro Deputado Edinho Araújo. É um prazer estar aqui nesta discussão.

Eu gostaria de dizer que reforço obviamente a proposta que a nossa companheira, representante da Articulação de Mulheres Brasileiras, aqui apresenta, e tenho algumas considerações a fazer sobre a questão partidária.

Concordo plenamente que nós temos de fazer uma reforma partidária, companheiros e companheiras, haja vista que hoje o que nos parece é que os partidos são legendas, não são partidos.

Quando o nosso companheiro do PT fala das diretrizes do partido, concordo, realmente são essas. Mas quantos partidos têm essas diretrizes? A fidelidade partidária aqui já discutida terá de reger essa discussão; porém, é preciso que os partidos amadureçam.

O que nós temos hoje — e eu estava conversando com um dos membros da Comissão — é que o Prefeito Kassab está formando um partido que vai ser enorme. E por que vai ser enorme? Porque vai agregar todos aqueles descontentes de outros partidos. E como um partido desse fará a lista fechada?

A lista fechada é fundamental. É imprescindível essa alternância. O direito que nós temos de estar no Parlamento não nos pode ser negado, nem o será mais, porque a sociedade está de tal forma agindo, ela está de tal forma querendo ser protagonista e sendo, que não mais tirarão esse direito. Porém, concordo plenamente que é preciso mexer, e muito, nos Parlamentos.

A nossa querida Luiza Erundina era a Presidenta da Comissão de Legislação Participativa. Acredito que, com essas reformas, nós teremos de fortalecer essa Comissão Participativa em todos os Parlamentos, porque ela inclusive tem prioridade sobre os projetos dos Parlamentares. A população faz o seu projeto, encaminha à Comissão, só que há um problema de muitas assinaturas que são exigidas. Nós temos de resolver esse problema. Ressalte-se que essas Comissões são fundamentais. E a diversidade de assuntos, de necessidades do País, com essa forma de fazer política diferente do que se faz hoje, permitirá, por exemplo, que um projeto como o do Código Florestal não seja decidido apenas por um segmento, como o do agronegócio.

Estamos querendo muito essa discussão. Parabéns a quem promoveu esta discussão em nosso Estado. Hoje, João Pessoa e a Paraíba são com certeza um Município e um Estado nos quais a população está muito empodeirada, graças às políticas instaladas aqui, como a do orçamento democrático, para discutir e agir.

Vamos em frente companheiros, todos unidos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito obrigado, professora.

Com a palavra a Sra. Socorro Brito, representando o PT. Depois, vou chamar Alba Brindeiro e Nilda Passione. Estão presentes? Nós estamos percebendo que a plenária está se esvaziando, mas é preciso ouvir todas as pessoas inscritas.

A SRA. SOCORRO BRITO - Boa tarde a todas as pessoas que compõem a Mesa, autoridades, na pessoa da companheira Cristina, que acompanhou conosco toda a movimentação para estarmos aqui hoje, todas as pessoas da plenária que constroem conosco esse pensamento.

As mulheres, para estarem aqui, precisam ser motivadas. Eu sou Secretária de Mulheres do Partido dos Trabalhadores. Aproveito a oportunidade para registrar aqui a justificativa de ausência de Rodrigo Soares, nosso Presidente. Destaco que vários movimentos foram feitos para nos preparar e estarmos aqui fazendo essas intervenções. Destaco a realização de seminários de mulheres, do Fórum de Mulheres no dia 12 e de encontros nacionais.

Portanto, a motivação da mulher para estar na política é outra. É outro viés, é outro ângulo de progresso, de desenvolvimento social, de família, de núcleo. Por isso, os 30% que conquistamos, assim como os 5% dos fundos partidários para formação de mulheres e o percentual em cima da representação nos programas de TV e de rádios, são motivados pela luta.

Companheiros e companheiras, nós somos deficitárias também na conquista do voto. Tivemos o voto tardio. As mulheres chegam tarde na política pela sua visão e a conjunção de vida que têm, seja no núcleo familiar, seja na sociedade. Por isso a nossa sub-representação no Parlamento e nos Poderes Executivos.

É preciso, Sr. Presidente, que as notas taquigráficas cheguem a todos os Parlamentares que terão voto decisivo nessa reforma, porque a reforma deve ser não só da representação. É preciso a reforma da representação, tendo substancialmente o financiamento democrático público de campanha, uma lista que seja preordenada e discutida dentro dos partidos democraticamente, com alternância, sim, de sexo, mas não para compor só a lista, mas como mulheres que estamos nos preparando para isso. Ao representar aqui as mulheres e dizer por que não foram candidatas, afirmamos que o financiamento da campanha é preponderante. Estou falando de cátedra, porque hoje sou suplente de Deputada

Estadual. Não sou titular, porque nós sabemos como é difícil a titularidade no Parlamento brasileiro.

Além disso, a representação participativa, fortalecendo os núcleos, os conselhos e permitindo que o referendo popular e o plebiscito sejam referendados por iniciativa popular. Queremos uma reforma dentro dos partidos e na sociedade. Queremos inclusive que a sociedade tenha financiamento de campanha fiscalizado por conselhos que tenham a representação social como preponderante para termos o crime contra o patrimônio público combatido pela sociedade.

Levem da nossa Paraíba esses pontos preponderantes da reforma política e que tenhamos a participação popular como sustentáculo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o Sr. Arimatéia França, do Sindicato dos Eletricitários. Logo a seguir, Nilda Passione.

O SR. ARIMATÉIA FRANÇA - Boa tarde a todos.

Deputado, em nome dessa democracia que estamos exigindo, que seja respeitada a ordem de inscritos, porque pessoas acabam sendo escolhidas em detrimento de outras, que têm o mesmo direito de participação nesta plenária.

Quero parabenizar tanto Bosquinho como V.Exa., Deputado Almeida Lima, e me valer da palavra do Dr. João Ricardo, que efetivamente apresentou alguns pontos fundamentais a essa reforma política.

Há uma grande distorção entre o que diz a legislação brasileira no tocante à política e à participação da sociedade e o que ocorre na prática. Participação popular sobre a qual Erundina fez um excelente trabalho: participação direta.

Venho aqui fazer uma pergunta, porque é minha preocupação. O Deputado, quando participou da Comissão que discutiu segurança alimentar a nível nacional, viu todo aquele esforço para que a legislação — em virtude da qual a alimentação passa a ser direito —, fosse aprovada, sancionada pela Presidência da República e tivesse vigência com a brevidade e a importância com que foi pautada. Eu sou muito cético, com sinceridade, e tenho dúvida de que, com o jogo de interesses do Congresso brasileiro e com o jogo de interesses dos caciques de partidos em todo o País, essa legislação possa entrar em vigor agora. Sou completamente cético,

perdoem-me. Quero saber que mágica vocês vão fazer. Quando se trata de projeto como o de segurança alimentar, fruto de consenso entre todos os partidos...

Uma das coisas com as quais me sinto contemplado é a posição do DEM quanto à unificação da campanha. Acho que isso diminui diretamente os custos que a população paga com a eleição. Entretanto, tenho muita dúvida se, com tanta dificuldade, com tantas contradições, com tantas divergências, poderemos votar nisso até final de outubro — Jorge Camilo, parabenizo-o por colocar a iniciativa popular nesta Casa. A lei da ficha limpa, embora a população tenha se mobilizado no País inteiro, terminou não sendo aplicada. Aquele esforço todo para colocá-la em prática já nessas eleições não teve eficácia. Mas o avanço foi fundamental.

Quero saber se é mais fácil tirar candidatos da política, porque é consenso que devem sair, por malversação de recursos públicos. Imaginem uma reforma política nesse teor!

Eu queria que V.Exas. nos dissessem, com sua sapiência, como estão trabalhando para efetivamente implementar isso.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra a Sra. Eliane Barbosa. A seguir, Alba Brindeiro, João Gomes, Antonio Barbosa e Dr. Donato Henrique.

Encerradas as inscrições com esses nomes, ao final, desejo fazer uso da palavra não como Presidente, mas como membro da Comissão. Eu gostaria de, ao final da participação de todos, deixar algumas considerações nesta plenária.

A SRA. ELIANE BARBOSA - Boa tarde a todos.

Não perdi a oportunidade de usar a palavra para dizer que é importante a reforma política. Esse tema nos interessa com sociedade.

Uma pergunta que eu faço é: será que esse tema faz alguma diferença em nossas vidas, como sociedade? Estou representando aqui o Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações, mas neste momento a minha fala não é como representante sindical, mas como cidadã, como pessoa comum. Será que a reforma política vai fazer diferença na vida da pessoa comum? Eu digo que, sim, vai fazer.

Milito no sindicato e milito na minha vida cotidiana, no dia a dia, no bairro, nas associações de bairro. Sempre digo que o Estado é uma grande empresa de quem

todos nós somos acionistas. Como acionista desse Estado, eu quero fazer parte das decisões que toma, eu quero participar da política, eu quero estar presente aqui, eu quero também dizer o que é melhor para o meu bairro, o que é melhor para o nosso Estado.

E a reforma política é um meio, um mecanismo para que a sociedade tenha acesso a esse espaço, e em que nós, mulheres, cidadãs dos bairros de Água Fria, de José Américo, dos bairros mais distantes, mais longínquos das cidades, dos Municípios, possamos ter acesso à política e expressar as nossas opiniões.

Então, eu defendo o financiamento público político, porque através dele é que esta sociedade vai poder ter acesso à política, vai poder fazer parte dessas Casas que discutem política e cujas decisões refletem na nossa vida diária.

Defendo as listas fechadas, com alternância de sexo, para que as mulheres possam ter participação.

Muito obrigada a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Alba Brindeiro.

A SRA. ALBA BRINDEIRO - Boa tarde à Mesa; boa tarde às pessoas que ainda estão aqui para esta discussão, embora o plenário já esteja esvaziado. Acho que esta reunião está sendo gravada. O importante é que a proposta vá.

Bem, sou do PSB. Como membro e Secretária do PSB, eu gostaria de trazer aqui o que nós defendemos e o que nós pensamos e discutimos. A questão do financiamento já foi amplamente discutida. O financiamento tem de ser público, embora eu não saiba qual mecanismo vamos ter de encontrar para evitar, mesmo com o financiamento público, o caixa dois.

A segunda questão é sobre as coligações. Eu acho uma incoerência defendermos que não pode haver coligação em cima e pode haver coligação embaixo. Ou existe coligação, ou não existe coligação. Defendemos que não haja coligação, que cada partido mostre a sua cara, mostre o seu projeto, mostre o seu programa, para que as pessoas saibam quem elas estão defendendo e em quem estão apostando, em quem estão acreditando.

Dizer que as pessoas não acreditam nos políticos é verdade, porque um dia ele está num partido, outro dia, em outro partido. Não sabemos, finalmente, que

partido é esse: é um conjunto de letrinhas. Então, não acredito em reforma política sem que haja principalmente o fortalecimento partidário.

Precisamos ter uma definição partidária, esse perfil, esse programa muito claramente definido. Claro que não queremos jamais que haja somente dois partidos, mas não é preciso criar um todo dia. *"Ah, não gostei desse partido. Briguei com o Presidente. Vou criar outro partido."* Isso também não podemos admitir que exista.

Precisamos ter também um mecanismo de agilizar a Justiça, porque não dá para ser "cassado" — aspas —, ficar o outro cumprindo um mandato todo por infidelidade partidária, terminar o mandato, e não o termos exercido. *(Palmas.)*

Eu queria defender aqui o fortalecimento da democracia. Não podemos ter uma democracia fortalecida — ela já existe, mas ainda é muito frágil — sem a participação popular. Através dessa participação popular, defendo o voto revogatório: votamos, vimos que fomos enganados, podemos voltar atrás e votar para tirar aquela pessoa que nos enganou. *(Palmas.)*

O plebiscito é fundamental, o referendo, mais ainda. Não é possível o Congresso Nacional votar um aumento de 60% para os Srs. Deputados e para os Srs. Senadores e ficarmos apenas com 6,8%. Precisamos referendar esse reajuste que estão dando.

Isso é só um exemplo. Há várias coisas que precisamos referendar, e o Código Florestal é uma delas.

Era isso o que queríamos dizer.

Agradeço pela presença aos senhores e pela paciência às pessoas que ainda querem discutir seriamente.

Precisamos informar às pessoas o que é reforma política. Não é reforma eleitoral. Já vi Deputado preocupado com o dia da posse, se será no dia 1º, no dia 2 ou no dia 5, se vai ser sábado, domingo, segunda-feira! Isso não é reforma política.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - João Gomes. *(Pausa.)*

Antônio Barbosa. *(Pausa.)*

Donato Henrique.

O SR. JOÃO GOMES DA COSTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores, minhas senhoras, meus senhores e jovens.

Aqui se trata de apresentar sugestões, e eu tenho várias. A primeira, ab-rogar a lei de reeleição. Segunda, reduzir drasticamente a quantidade de partidos. Partido não é propriedade de ninguém. O povo é que tem o poder; todo poder vem do povo. Terceira, o financiamento de campanha — estou dando sugestão, e, se me permitirem, tenho várias. A Comissão não pode desprezar os conceitos do fundo partidário, que foi realmente uma experiência espetacular. Mas, sem fiscalização, o dinheiro que vem para os partidos desaparece rapidamente, pagando a fulano para ficar na cidade tal, fazendo apenas campanha partidária. O fundo partidário não é para essa finalidade.

Vamos ficar com esse instrumento. Deve constar, na reforma, que é o Tribunal Superior Eleitoral que vai dizer, em cada reunião vai fazer uma exposição de motivos à Presidência da República, que vai abrir crédito, e o Congresso Nacional vai aprovar. Quanto? Só o Congresso, o Presidente do Tribunal Superior...

Gostaria de dizer a V.Exas. que estou participando com a vontade de ajudar, de apresentar várias sugestões.

Como meu tempo terminou, quero agradecer a atenção a todos.

Antes, Sr. Presidente, se V.Exa. me permitir, vou falar em latim, com tradução *pari passu (palmas)* sobre o que foi que o povo fez do chamado Ficha Limpa e o que foi que o Congresso Nacional fez, e por unanimidade — não houve nenhum voto contra. Diria em latim, se V.Exa. me permite. Vou falar da Ficha Limpa, a Lei nº 135, de 2010.

(Exposição em Latim. Tradução.)

Esta lei é uma verdadeira revolução moral na nossa sociedade brasileira. É uma verdadeira revolução moral na vida política e administrativa da nossa Pátria.

(Exposição em Latim. Tradução.)

Esta lei é a voz do povo brasileiro e uma decisão unânime, repito, unânime do Congresso Nacional aqui presente. E se o Congresso está presente, cabe uma questão de ordem.

Peço uma questão de ordem — o assunto é importante —, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amiga Deputado Luiza Erundina.

(Exposição em Latim. Tradução.)

Esta lei não é um cassetete policial. Esta lei é uma luz no fim do túnel.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Sr. Antônio Barbosa.

O SR. ANTÔNIO BARBOSA - Sr. Presidente, depois deste depoimento singular, vou encurtar minha fala apenas para dizer que concordo com a proposta geral apresentada pelas companheiras, reforçando o problema do financiamento público e o fim das coligações partidárias.

Hoje, os processos eleitorais estão virando um verdadeiro mercado, um verdadeiro negócio, algo muito pernicioso, perverso.

Meu colega Ricardo, se queremos partidos programáticos, temos que acabar com as coligações partidárias, porque isso força com que cada partido possa dialogar a partir de um programa, e não como acontece hoje. Tem-se uma grande legenda que reúne 10, 15 partidos e as propostas daqueles partidos, que, na verdade, não são partidos, se diluem numa proposta geral, confundindo o eleitorado e gerando uma série de distorções. Isso não fortalece a democracia, isso não fortalece a participação popular. É fundamental que acabemos com as coligações partidárias. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Concedo a palavra ao Sr. Donato Henrique.

O SR. DONATO HENRIQUE - Boa tarde, Sr. Presidente, Senhores integrantes da Mesa. A nossa contribuição, Deputado Efraim Filho, Sr. Presidente, Deputado Almeida Lima, é com relação a critérios de criação de novos partidos, critérios mais rigorosos, critérios mais rígidos, critérios mais objetivos, no que diz respeito à criação de novos partidos.

Nós hoje temos 22 partidos representados na Câmara Federal e estamos a assistir, Sr. Presidente, a criação, por vezes descomprometida, descompromissada de novos partidos. Então, a minha sugestão é no sentido de que esta Comissão possa adotar, ou propor, ou criar mecanismos mais rigorosos, mais rígidos, para que possamos fortalecer assim aqueles partidos que já existem e que de fato haja um compromisso desses partidos e dos Parlamentares com a sociedade.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Concedo a palavra à Sra. Lila, que se inscreveu por último; foi a última dos últimos.

Antes transfiro a Presidência ao 1º Vice-Presidente, Edinho Araújo, pois logo a seguir eu pretendo fazer uso da palavra como último orador. Eu não quis me manifestar no início sobre conteúdo para me colocar de forma mais equidistante do debate. Mas como última palavra eu irei me arriscar em emitir algumas opiniões.

Com a palavra a Sra. Lila.

A SRA. LILIANE OLIVEIRA - Eu saúdo a Mesa, na pessoa Cristina, da representação popular.

Quero me ater a uma questão apenas porque acho que já sou contemplada por várias falas das companheiras que me antecederam.

Quero dizer que nós, mulheres, temos muita capacidade realmente de assumir qualquer poder político. Precisamos mesmo é de incentivo, porque a nossa sociedade, do jeito que está não pode permanecer. Esse sistema ainda patriarcal, machista e excludente, não dá vez às mulheres. É necessário mudar essa forma de fazer política, para que possam ver que realmente nós temos capacidade. Quem já passou pela política sabe muito bem que temos muitas dificuldades, não é, companheira Paula Frassinete e Socorro Brito, de disputar alguma coisa por causa dessa política desigual, e a Paraíba não é diferente dos demais Estados afortunados desse País desigual, onde nós temos muita coragem mesmo.

Então é necessário que realmente haja condições, com essa reforma política. A companheira está ali com uma faixa: *"Queremos lista com alternância, mulheres e homens, e financiamento público já".* Portanto, Movimento de Mulheres e mulheres também partidárias, é preciso realmente levar esse debate a sério e que seja um debate do dia a dia, para que possamos realmente contribuir com essa mudança, essa transformação no nosso País. É de fato uma transformação política, não só uma reforma.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Antes de dar a palavra ao nosso Presidente, que fará o fecho da nossa reunião, está inscrito aqui — ele cobrou a palavra e tem a palavra, porque essa é a orientação do Presidente — Roberto

Jeferson, do Setor Social da Diocese de Campina Grande, pelo prazo regimental de 2 minutos.

O SR. ROBERTO JEFERSON - Boa tarde a todas e todos. Quero só fazer um registro, cumprimentar todos da Mesa, parabenizá-los pela iniciativa.

Uma questão que deve ser colocada é que a reforma política precisa tratar da reforma do Estado.

O Estado brasileiro foi feito historicamente a serviço de uma única minoria, e é importante que no debate da reforma política as estruturas do Estado sejam revistas, para que as maiorias — que costumamos dizer que são minorias — que estão na desigualdade social, étnica e por aí vai, estejam representadas, e não só representadas, mas que exerçam poder também.

Também gostaria dos jovens. Muito se tem falado dos jovens, mas é bastante difícil para um jovem, que não seja filho de político nem de um grande empresário, chegar ao Parlamento ou a outra instância do Poder. (*Palmas*.) Então, é importante garantir a participação nos rumos da política econômica ou de outras às quais a democracia participativa ainda não chegou, como ocorreu na área social e de saúde. Também é relevante a democratização dos meios de comunicação.

Há um movimento amplo pelo Brasil falando da limitação dos mandatos. No Parlamento, disputa-se... Não há limite para disputar e exercer mandatos. Isso também impede a renovação. É importante garantir a possibilidade de duas ou três reeleições para o Parlamento.

Por último, quanto à lista preordenada, diria que é relevante o apoio das pastorais sociais, da Escola de Fé e Política, da Diocese de Campina Grande, que aqui represento. Também é essencial, para a democracia brasileira, garantir a lista preordenada, com alternância de mulheres e homens. Mas eu, particularmente, tenho uma dúvida. Acho que é importante primeiro votar no partido, na lista preordenada, mas dando a possibilidade de o eleitor votar e escolher alguém da lista para a discussão.

Por fim, agradeço a todos. Que essa reforma política possa de fato fazer com que o poder seja ampliado e exercido pelas pessoas, pelo povo brasileiro, ampliando os instrumentos de democracia direta e participativa, articulando com uma democracia representativa de fato.

Obrigado a todos. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Sr. Presidente Almeida Lima, a Profa. Paula Fracinete, aqui presente, apresentou uma pergunta à Mesa, para aditar ao seu pronunciamento, dirigida a V.Exa.

Ele quer saber como esta Comissão Especial e a Frente Parlamentar presidida pela Deputada Luiza Erundina atuam, qual a integração e a forma de caminharem juntas e contribuírem para que a reforma aconteça.

Com a palavra, o Presidente Almeida Lima.

O SR. DEPUTADO ALMEIDA LIMA - Obrigado, Presidente Edinho Araújo.

Já cumprimentei a todos no início da sessão.

Eu gostaria de oferecer uma contribuição — não sei se tanto para o debate, emitindo muitas opiniões. A minha pretensão maior era estabelecer alguns pontos para a reflexão.

Daqui a pouco, nós vamos embora, almoçar, viajar para Brasília. E gostaríamos que a Paraíba incendiasse esse tema, a discussão entre todas as entidades. Logo, acho que uma contribuição reflexiva será de bom tom. Mas eu não sei se vou conseguir me limitar a isso. Acho muito difícil, pelo meu comportamento, pela minha maneira de ser quanto a me expor, a me apresentar, desejando ser o mais transparente possível para dizer aquilo que eu defendo ou condeno. Mas eu começo perguntando o seguinte, repetindo o que disse aqui uma das oradoras: a reforma política vai fazer diferença na vida das pessoas?

Para responder a essa pergunta — ela já a respondeu evidentemente —, eu pergunto ao povo da Paraíba: os paraibanos acham que nas eleições existe corrupção, existe compra e venda de votos, existe demagogia, existem falsas promessas? É uma indagação ao povo da Paraíba.

A segunda pergunta: a Paraíba está satisfeita plenamente com a classe política paraibana e brasileira?

Bom, quanto a essas duas perguntas, é evidente que podemos responder se a reforma política vai fazer diferença na vida das pessoas. Vai depender exatamente da sua resultante, daquilo que vai ser de fato operado.

Mas perguntam também o seguinte: a reforma política que queremos é para aperfeiçoar a democracia ou para facilitar o retrocesso democrático? É comum usar-se muito a democracia em nome de tantas coisas.

Então, a minha vontade, na verdade, é estabelecer alguns nortes, alguns princípios que me parecem ser compatíveis com a democracia. E eu vou usar esses princípios como balizamento. Primeiro elegemos princípios; após os princípios elegemos as diretrizes; depois das diretrizes elegemos as metas; e por último as ações que devem ser efetivadas. Eu acho que facilita o trabalho. Então, estabelecer parâmetros com clareza de princípios acho que é o passo primeiro. Eu não posso concordar em que se use a democracia para combatê-la, para destruí-la.

Outro dia, ouvi do Ministro Nelson Jobim, na Comissão da Reforma Política, a seguinte frase: *"Primeiro é preciso definir se nós queremos uma democracia de partidos ou uma democracia de pessoas*". É bonita essa frase. Equivale a: queremos uma democracia de ideias ou de pessoas? Não vejo lógica em nenhuma das duas indagações. Quando se diz: *"queremos uma democracia de partidos ou de pessoas"* é porque está-se querendo fortalecer partido em detrimento das pessoas? E as ideias são dos partidos ou das pessoas? Nós, pessoas, seres humanos, somos amebas? Não me parece. Até porque partido é reunião de ideias, reunião de ideias, reunião reunião de pessoas em torno de ideias para, vitoriosas, representando parte da sociedade, governar o Estado e exercer o bem comum de acordo com suas ideias.

Eu sou favorável ao fortalecimento dos partidos, mas eu vejo o partido como um instrumento; não vejo o partido como ideia nascente, como origem, como fim. Eu vejo o partido como instrumento.

Nós queremos isto. E o que eu defendo é a democracia de vontade popular, de respeito à vontade popular. Não me parece comportar em lugar nenhuma a frase *"democracia de partido"*. Comporta, sim, o fato de que os partidos devem ter e construir a sua democracia interna, respeitando os seus membros, o que não existe no nosso País. Como discussão acadêmica, está perfeito, mas, como processo histórico, zero; como prática, zero. Refiro-me a todos os partidos com suas diferenças, é bem verdade. Pois bem. Assim a gente avança.

Para que serve a democracia? Nós estamos vivendo hoje no Brasil um Estado autoritário? Não. Então, a nossa democracia é a melhor do mundo? Também não. Nós precisamos aperfeiçoá-la, é lógico. Aperfeiçoá-la por conta daqueles questionamentos que fiz é uma necessidade. É preciso saber o que serve à democracia. Não estamos em busca de um Estado totalitário, centralizador, prepotente e excludente em nome da democracia. Isso é macular muito a democracia.

Sabem como se fortalece partido? Com programa, com um programa que represente o pensamento de parte da sociedade, até porque partido que quer representar todo o pensamento da sociedade é partido totalitário, e isso nós vimos muito bem ocorrer na União Soviética. Partido não pode representar toda a população. É parte dela. Lá há partido totalitário; é um Estado de partido único. E isso não é sociedade aberta. A defesa do socialismo, como eu faço e pratico, é bem diferente dessa defesa de regime fechado.

O que o princípio maior da democracia estabelece? Aliás, é mais do que um princípio constitucional. Está no parágrafo único do art. 1º da Constituição Federal: "*Todo o poder emana do povo*". Negar essa assertiva é negar a democracia. No instante em que o poder não surgir, não emanar, não nascer do povo, não será democracia.

E nós temos a democracia direta no Brasil como exceção, através do plebiscito, do referendo, da iniciativa popular. Concordo com a pessoa que me antecedeu, que disse que deveremos também instituir a revogação de mandatos; em princípio para o Executivo — no momento não para o Legislativo.

Mas a democracia é, na sua essência, indireta e representativa, tanto no Brasil quanto nos diversos países democráticos. O parágrafo único do art. 1º da Constituição Federal diz que "*todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente"*, mediante plebiscito. E o art. 14 complementa: eleitos "*pelo sufrágio universal e pelo voto direto"* — voto direto.

Aí complica, porque há uma proposta que une partidos, há uma ideia que une partidos como o PT e o Democratas, que é a da lista fechada preordenada, contrária ao princípio constitucional estabelecido no parágrafo único e no art. 14.

Eu quero saber como é que se vão conciliar estes dois artigos, porque a hermenêutica nos ensina isso. Carlos Maximiliano nos ensinou, na academia, que as normas não são excludentes. Nós temos que buscar a conciliação do texto, e lá diz que a vontade do povo se exerce por meio de seus representantes eleitos em sufrágio universal — negros e brancos, ricos e pobres, todos, homens e mulheres, votam, e por voto direto.

Eu quero que depois conciliem esta proposta do voto do sistema eleitoral em lista fechada preordenada, em que não se vota no representante, mas no partido. Como prevalecer? Esse é o raciocínio que eu deixo para reflexão.

Quando eu disse que é preciso fortalecer os partidos, fortaleça-se, mas não em detrimento do eleitor. O partido nós fortalecemos por meio de um programa partidário centrado em teses que atendam ao segmento que o partido pretende representar. O partido se fortalece pela fidelidade partidária. Quando o partido tem um programa definido e claro, pode-se exigir no Parlamento o fechamento de questão em torno de programas do partido, sob pena de expulsão ou de cassação do mandato. Isso, sim, fortalece partido.

Abro um parêntese para dizer: fidelidade partidária, sim; casamento eterno, permanente, não. Sou favorável a que, 6 meses antes da eleição, a pessoa possa fazer uma outra opção. Até porque, como dizia Raul Seixas, não dá para ter aquela velha ideia formada sobre tudo. A vida toda nós tentamos fazer isso. Eu vejo marido e mulher se separarem, embora eu tenha um casamento muito estabelecido de 32 anos. Minha esposa está neste plenário.

O que precisamos é evoluir, melhorar a nossa democracia. Nós cometemos muitos erros, muitos equívocos. É preciso fazer um exercício e identificar o erro. Mais do que identificar o erro, é preciso identificar suas causas. Nós estamos perdidos. A sociedade brasileira, a elite pensante deste País, está perdida. É uma elite pobre. Nós não estamos identificando a causa dos erros que vivenciamos e estamos sugerindo outros erros para consertar os que já existem.

Deixe-me fazer uma pergunta: Por que surgiu a necessidade da Lei da Ficha Limpa, que o nosso decano há pouco mencionou? Por que surgiu a necessidade da Lei da Ficha Limpa? Será que a legislação brasileira não já tipificava todos os crimes

cometidos pelos políticos? E será que a legislação brasileira, além de tipificar, já não condenava e estabelecia os ritos processuais para a punição? Claro que sim.

Por que existe a Lei da Ficha Limpa? A Lei da Ficha Limpa existe porque existe um erro, que é o Poder Judiciário brasileiro não julgar a tempo e a hora os litígios que chegam aos tribunais.

Por que uma pessoa comete um crime de improbidade administrativa e não se julga a tempo e a hora para que ela não tenha o direito de ser candidato? Daí a Lei da Ficha Limpa, para castrar o direito que ele tem de ser julgado. Mas eu não quero que ele não seja julgado, eu quero é que o Poder Judiciário, que comete um erro por omissão, por negligência, por prevaricação ou por falta de condições materiais para julgar... Então, é preciso identificar o erro e ir a sua raiz para consertar. É preciso saber qual a democracia que desejamos e o Estado de Direito em que queremos viver.

Existe um princípio na Constituição que trata da coisa julgada, que trata do direito ao contraditório, da ampla defesa, do devido processo legal. E joga tudo isso para o ar?

Agora o Presidente do Supremo Tribunal Federal, para consertar um erro com outro erro, vem sugerir ao Congresso que o trânsito em julgado se opere a partir da primeira decisão em grau de recurso, ou seja, em juízo colegiado, e não lhe dá o direito mais de ir à instância superior e até mesmo ao Supremo Tribunal Federal? Querem consertar um erro com outro erro, ferindo de morte a democracia, que pressupõe o Estado de Direito?

Senhores, precisamos evoluir com nossas instituições, mas buscando exatamente os elementos necessários para não ferir de morte a democracia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Sr. Presidente, V.Exa. pediu-me para lembrá-lo quando faltasse 15 minutos para às 14 horas. Eu quero lembrá-lo que faltam 15 minutos para às 14 horas. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO ALMEIDA LIMA - Eu já concluí. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - V.Exa. pediu-me para lembrá-lo, porque temos um voo. Eu, pelo menos.

O SR. DEPUTADO ALMEIDA LIMA - Eu já concluí, Edinho. *(Risos.)*

É evidente que se eu falasse por mais alguns minutos, tenho certeza de que eu deixaria muita coisa para incendiar, até porque esse é o propósito. O meu propósito não é outro, é incendiar, no bom sentido, o debate, é radicalizar a democracia. Quanto a essa preocupação sobre se vamos fazer a reforma para a próxima eleição, devo dizer o seguinte: é o meu desejo, mas não em prejuízo do amplo e profundo debate.

Vejam, quando a sociedade não debate, quando a classe política resolve sozinha, ela faz ao seu modo. E o seu modo nunca é compatível com o desejo da sociedade. Por exemplo, sistema eleitoral. Eu tenho interesse de ordem pessoal, sou Deputado Federal; Edinho Araújo, Efraim Filho têm interesse; os Vereadores e Deputados Estaduais também têm interesse. Espera aí, e vocês vão querer que eu vote contra mim, contra os meus interesses? Com toda a sinceridade, eu vou chegar aqui e dizer de forma falaciosa, demagógica que vou votar contra os meus interesses? *"Não, eu vou votar em um sistema para eu não ser reeleito".* Senhores, esse é o direito natural que eu tenho de sobrevivência, é o direito natural que os animais têm de sobrevivência, é o direito natural que as plantas têm de sobrevivência. Bom, mas e os meus interesses se conflitam com os da sociedade? Precisamos priorizar o interesse da sociedade.

Por essa razão, digo que não tenho, como Deputado Federal, legitimidade para decidir, em nome do povo sergipano e brasileiro, sobre sistema eleitoral. Esse direito é da sociedade brasileira através de plebiscito. Sim, porque eu não vou votar, como muitos pensam, digamos, na lista fechada preordenada. Eu não voto nela. Então, esse direito tem que ser o direito da sociedade. Daí eu defender o plebiscito. E isso significa respeito ao princípio maior da democracia, que é o respeito da vontade do povo. Não conheço outra democracia.

Paraíba, muito obrigado! Adorei esta terra belíssima. Quero, da tribuna, fazer os meus agradecimentos a todos os senhores, à sociedade paraibana, aos Parlamentares, ao Vereador Bosquinho e Deputado Federal Efraim Filho, que coordenaram este processo, e a todas as entidades. Enfim, a todos o meu agradecimento, na certeza de que sairemos daqui com um acúmulo bem maior de massa crítica do que a massa crítica com a qual chegamos aqui. Com certeza ela

servirá muito para a elaboração dessa proposta de reforma política que o Brasil precisa.

Muito grato. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Esta encerrada...

Pois não. Pergunta sobre o relatório?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Pois não. Pergunta é sobre o relatório, mas quero informar que o Presidente pode dar alguma informação complementar. O Relator, Deputado Henrique Fontana, do Rio Grande do Sul, só não está presente aqui porque o filho dele sofreu um acidente gravíssimo, de trânsito, e ele está dando assistência ao filho em um momento muito difícil, mas ele já nos adiantou que no mês de junho teremos um pré-relatório e, desta audiência, nós vamos... Pois não, Deputado Efraim Filho?

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Quero informar que a Assessoria de Comunicação da Casa já está produzindo os DVDs brutos com todas as falas que serão entregues nas mãos do Relator da Comissão da Reforma Política, o Deputado Henrique Fontana. Portanto, S.Exa. terá todo o transcorrer das sessões, do início ao fim da Comissão, e o serviço de taquigrafia, que será colocado à disposição do Relator.

O SR. DEPUTADO ALMEIDA LIMA - Deputado Efraim Filho, quanto ao material que vai ao Relator Henrique Fontana, V.Exa. e o Vereador Bosquinho se encarregam de distribuir às entidades que tiverem interesse. E quando o Deputado Henrique Fontana preparar o relatório e fizer a divulgação na Comissão, V.Exa. se encarregará de trazer cópia do relatório em meio magnético para a sociedade paraibana. Parece-me que é isso o que ela deseja.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Sr. Presidente, o Vereador Bosquinho quer dar uma palavra antes de encerrarmos a reunião.

O SR. JOÃO BOSCO DOS SANTOS FILHO - Quero avisar às pessoas interessadas que nosso gabinete serve como canal entre a Câmara Municipal e a Comissão da Reforma Política Eleitoral. As pessoas interessadas devem encaminhar através de ofício ao gabinete para que possamos providenciar.

Agradeço a todos a presença — Vereadores, Deputados Estaduais, Presidentes das legendas partidárias, sociedade civil organizada, representantes da OAB, do TRE, enfim, todas as entidades que se fizeram presentes aqui.

Também quero agradecer à imprensa, que cobriu este nosso evento durante toda a semana, inclusive agora também faz a cobertura; às pessoas que fazem a *TV Câmara* e a nossa ata; ao Vereador Benilton Lucena, como 1º Secretário aqui. Em nome de Benilton, agradeço aos demais Vereadores, ao Deputado Efraim Filho, a todos os membros desta Comissão, ao Deputados Edinho Araújo, ao Presidente Almeida Lima. Peço que levem as sugestões do povo paraibano para que essa reforma político-eleitoral seja realmente concretizada efetivamente.

Muito obrigado.

Retorno a palavra ao Presidente Edinho Araújo, para finalizar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Parabéns, Vereador. Parabéns, Deputado Efraim Filho.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Pois não. Deputado Efraim Filho.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Antes do encerramento quero comunicar a todos que, como tem acontecido com as outras audiências públicas que têm sido realizadas durante toda esta semana, a *TV Câmara* estará, na sua programação jornalística, transmitindo, em âmbito nacional, um material que será editado aqui pela *TV Câmara* local.

Então, o que aconteceu aqui em João Pessoa, na Paraíba, também será de conhecimento de todo o Brasil, para prestigiar e agradecer a atenção que esta cidade teve em contribuir com esse importante debate.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Por último, um informe importante: a audiência da Comissão de Direitos Humanos que estava programada para hoje, às 14 horas, tendo em vista esta audiência pública, está cancelada e será realizada, segundo o Vereador Jorge Camilo, na próxima segunda-feira, no mesmo horário, às 14 horas.

Muito obrigado, e uma salva de palma para todos. (*Palmas*.)

Está encerrada a presente sessão.